

Karla Tanure Lopes

**REVISÃO E ADEQUAÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA
DA PESSOA IDOSA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO
HORIZONTE**

Belo Horizonte
2010

Karla Tanure Lopes

REVISÃO E ADEQUAÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELO HORIZONTE

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – Gestão Pública (VI PROAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Administração Pública.

Orientadora: Ms. Carla Andréa Ribeiro

**Belo Horizonte
2010**

Folha de Aprovação

Karla Tanure Lopes

Revisão e Adequação dos Indicadores do Serviço de Convivência da Pessoa Idosa do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – Gestão Pública (VI PROAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Administração Pública.

Banca Examinadora

Ms. Carla Andréa Ribeiro (orientadora)

Fundação João Pinheiro (Profa.
Convidada)

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos coordenadores dos grupos de convivência, que, com seu trabalho comunitário, muito têm contribuído para qualidade de vida dos idosos de Belo Horizonte e aos trabalhadores da assistência social que procuram caminhos a serem percorridos numa política pública mais eficaz e com qualidade para os idosos.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão primeiramente para Deus, que ilumina meus caminhos. Agradeço também com muita felicidade aos meus pais que sempre fizeram questão dos estudos na vida dos filhos e ao meu marido Lázaro que muito me ajudou com seu carinho e colaboração. E não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Carla Andréa Ribeiro, pela paciência e pela dedicação que tornaram esse trabalho muito especial para mim. E, por final, agradeço aos meus companheiros de trabalho que muito contribuíram na reflexão para essa pesquisa.

Epígrafe

O corpo guarda uma memória que não se perde. Vozes, sons, imagens, odores, pequenos detalhes compõem um enredo singular.

A velhice é uma escrita singular; cada um envelhece de seu próprio modo. Não há uma velhice globalizada ou universal, mas de toda forma ela está no tempo e sofre os efeitos da cultura e de tudo que se produz em cada época.

Quais as principais problemáticas enfrentadas pela velhice em uma época que se valoriza o novo dos objetos em detrimento da experiência e da história?

Como tratar os conflitos encontrados na velhice advindos da segregação e da discriminação tão voga no momento?

Essa e outras discussões nortearão as discussões.

Ângela Mucida

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada com o objetivo de revisar e adequar os indicadores para o Serviço de Convivência da Pessoa Idosa conveniados com a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, que foram elaborados por meio de uma consultoria e que não tinham condições metodológicas para sua aplicação. O indicador é um recurso utilizado atualmente nas políticas públicas com o propósito de torná-las mais eficientes, eficazes e efetivas a partir do momento que torna possível mensurá-las. Sendo assim, podem ser compreendidos como elementos constitutivos dos processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Para cumprir propósito foi realizada uma pesquisa exploratória acerca do tema que utilizou como estratégias investigativas a revisão bibliográfica, a análise documental e a entrevista qualitativa para a recuperação dos conteúdos identificados como lacunas no processo de produção dos indicadores. Com os conteúdos recuperados e organizados foi possível produzir uma análise considerando sua coerência com o marco regulatório do Sistema Único de Assistência Social e do Estatuto do Idoso. Posteriormente foi proposta a adequação desses indicadores ao modelo do Sistema de Monitoramento e Avaliação instituído na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. O resultado obtido por essa pesquisa foi a constituição de condições metodológicas para a aplicação dos indicadores, necessitando apenas de avançar no processo de validação dos mesmos após sua construção.

Palavras-chave: Serviço de convivência pessoa idosa. Indicadores para serviços. Sistema de monitoramento e avaliação; Sistema Único de Assistência Social.

ABSTRACT

This research was intended to review and adapt the indicators for the Service of the Elderly Living under contracts with the Municipal Social Welfare Assistant, which were prepared by a consultant and had no methodological requirements for its application. The indicator is a resource used today in public policy in order to make them more effective, efficient, and effective from the moment that makes it possible to measure them. Thus, can be understood as constitutive elements of procedures for monitoring and evaluation of public policies. To fulfill a purpose was held exploratory research on the subject that used as investigative strategies to review, document analysis and qualitative interview for the recovery of content identified as gaps in the production of indicators. With the content retrieved and organized it was possible to produce an analysis considering their consistency with the regulatory framework of the Unified Social Assistance and the Elderly. Later it was proposed the adequacy of these indicators to the model of the system of Monitoring and Evaluation established within the Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. The result of this research was the establishment of methodological requirements for the application of indicators, only needing to advance the process of validating the same after its construction.

Keywords: system of coexistence elder; indicators for services, system monitoring and evaluation; System of Social Assistance.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
GEIM – Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação
GPAS – Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social
ILPI - Instituição de Longa Permanência
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social do Governo Federal
M&A – Monitoramento e Avaliação
NAF – Núcleo de Apoio a Família
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica/ Sistema Único de Assistência Social
PAIF - Programa de Atenção Integral à família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PBH - Prefeitura de Belo Horizonte.
SAD - Serviço de Atendimento no Domicílio
SASF - Serviço de Atendimento sócio-familiar
SIGPS - Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais
SOSF – Serviço de Orientação Sócio - familiar
SMAAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
SMAI - Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	13
2.1	Contexto histórico e institucional da implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação em Belo Horizonte : reformas administrativas.....	15
2.2	Sistema de Monitoramento e Avaliação no contexto do SUAS	19
2.3	Sistema de Monitoramento e Avaliação: fundamentos teóricos e escolha da SMAAS	20
2.4	Sistema de Indicadores do SUAS-BH	22
3	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA (EM GRUPOS): MODALIDADE DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA /SUAS	28
3.1	A Pessoa Idosa no foco das Políticas Públicas	28
3.2	Marco Regulatório da Política Pública de Assistência Social para o Idoso na SMAAS: dois eixos o legal e o institucional.....	30
3.3	Desafios do Serviço Grupo de Convivência para idosos em Belo Horizonte	40
4	PROBLEMA, OBJETIVOS E METODOLOGIA	43
5	ANÁLISE DOS INDICADORES: DESCRIÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS CONCEITOS.....	45
5.1	Descrição os indicadores e análise de seus conceitos.....	48
5.2	Análise dos Indicadores	54
6	PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INDICADORES	58
6.1	Proposta de adequação dos indicadores referentes aos aspectos institucionais e técnicos	61
6.2	Proposta de adequação dos indicadores referentes aos aspectos de funcionamento e convivência.....	75
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	84
8	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

O tema da monografia desenvolvida é a revisão e adequação dos indicadores para o Serviço de Convivência (em grupos) para Pessoa Idosa executado por meio de convênios da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (SMAAS/PBH) com entidades sociais.

A Política Pública de Assistência Social está regulamentada em sua Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e em toda legislação vigente desde então. De acordo com sua lei orgânica, a assistência social é direito de todos e dever do Estado integrando à política de seguridade social. Busca garantir o atendimento das necessidades básicas por meio do conjunto integrado da iniciativa pública e da sociedade civil. Tem como seu objeto a proteção social.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, que é o órgão que gere a política pública de assistência social no município de Belo Horizonte, vem desde 1993, desenvolvendo ações e serviços socioassistenciais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS 2005) estabelecem os princípios e diretrizes para a construção da Política Pública de Assistência Social que se constituem na regulação e organização da rede serviços socioassistenciais. De acordo com o Sistema Único de Assistência Social as ações de Assistência Social são organizadas em serviços de proteção social básica e proteção especial. A proteção social básica destina-se a prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O Serviço de Convivência (em grupos) para pessoa idosa é um serviço de proteção social básica previsto na política pública de assistência social. Desta forma, esse atendimento visa desenvolver ações de caráter preventivo. De acordo com a SMAAS/PBH atualmente são 55 grupos de convivência conveniados com a SMAAS/PBH. Os Grupos de Convivência em consonância com o objetivo proposto pela proteção social básica visam atender a pessoas idosas promovendo o fortalecimento de práticas associativas, promocionais e também de prevenção para um envelhecimento saudável, evitando o isolamento e assegurando a participação e convivência, contribuindo para preservação da autonomia do idoso.

A SMAAS não executa diretamente o serviço de convivência para o público idoso. Ela o realiza por meio de convênios com entidades. Entretanto o que se percebe nessa relação de parceria é que muitas das vezes o serviço se realiza de forma desqualificada, estando longe de atingir o objetivo de um grupo de convivência. Existem rotinas de supervisão da execução dos serviços, mas com pouca sistematização de dados para produção de indicadores. Entretanto, em consultoria realizada ao serviço de convivência (em grupos) para pessoa idosa, foi criado um modelo de indicadores que poderia ser utilizado pelo referido serviço. Como esses indicadores não fazem parte do Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS, foi proposto para revisá-los e adequá-los ao Sistema de Monitoramento e Avaliação da referida secretaria.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação é requisito cumprido pelo município para se habilitar à Gestão Plena do Sistema Único da Assistência Social. O propósito desse requisito é o aprofundamento dos instrumentos de gestão superando o modelo burocrático de controle de processos para uma gestão focada nos resultados. Sendo assim, o sistema de indicadores é um importante instrumento qualificador da gestão do Sistema Único de Assistência Social na perspectiva de consolidá-la como política pública.

A SMAAS/PBH concebeu um Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) e elaborou um sistema de indicadores para os serviços de execução direta. Na concepção do Sistema Único de Assistência Social foi indicada a elaboração dos indicadores dos serviços de execução indireta também, ou seja, aqueles realizados pelas parcerias/convênios (que é o caso dos Grupos de Convivência), mas ainda não foram elaborados e conseqüentemente esse serviço não têm rotina estruturada de monitoramento e avaliação. Neste contexto, torna-se imprescindível a revisão e adequação dos indicadores elaborados para o serviço grupo de convivência para idosos para o aperfeiçoamento da gestão desse serviço.

O presente texto é dividido em **07** seções. A seção **1** que é esta introdução que apresenta o tema pesquisado e o texto. A seção **2** que apresenta o Sistema de Monitoramento e Avaliação do SUAS, considerando: fundamentação teórica e os contextos institucionais da Política Nacional de Assistência Social e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A seção **3** descreve o serviço de convivência para pessoa idosa considerando, também, os contextos predominantes das instituições envolvidas e o processo histórico de constituição desse serviço no município de Belo Horizonte. A seção **4** relata a metodologia utilizada para a realização da

pesquisa. A seção **5** é analisado o produto da consultoria que gerou os indicadores e são apresentados relatos coletados em entrevista, que conferem certa robustez teórica aos componentes dos indicadores. A seção **6** são propostas revisões e adequações visando o enquadramento dos indicadores no Sistema de Monitoramento e Avaliação existente. E finalmente na seção **7** são descritas as considerações finais e recomendações.

2 SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O contexto em que se está construindo o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS/BH é marcado por reformas administrativas na PBH e por um movimento feito dentro da política nacional de assistência social na sua forma de se pensar uma gestão focada nos resultados. Sendo assim, observa-se que o Sistema de Monitoramento e Avaliação aqui analisado é fruto desses movimentos que interagem e que acompanham uma tendência das políticas públicas de serem geridas de forma mais eficaz. Essa seção por tratar de temáticas complexas que se complementam está dividida em três partes. A seção 2.1 tratará da temática em torno das mudanças na política pública de assistência social que apontam para concepção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação para essa política. A seção 2.2 tratará das reformas administrativas por que passou a Prefeitura de Belo Horizonte e que acabaram por influenciar também na formulação do um Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS que será descrito nas seções 2.3 e 2.4.

2.1 Política Pública de Assistência Social

A Constituição Federal é o principal marco regulatório da política pública de assistência social. A partir dela se constitui uma infra-estrutura legal que tem como principal referência a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS 1993), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2005), sendo as últimas, resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social.

A partir do advento da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social deixou de ser considerada benesse do Estado e passou ao patamar de política pública. Consagrou a concepção de Seguridade Social como Política Pública de Proteção Social. No marco constitucional, a Assistência Social, integrante da Seguridade Social, é concebida como política pública não contributiva, de direção universal, de responsabilidade estatal, como um direito de cidadania. Essa mudança de paradigma rompe com a histórica concepção de filantropia onde a assistência social era concebida como ajuda ou favor.

A primeira referência legal dessa nova realidade foi a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 (LOAS). A partir daí a política pública de assistência social passou a se orientar por esse novo paradigma deixando a condição de bem-estar do Estado e se tornando um direito do cidadão. A LOAS prevê que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de sua contribuição. Tem como objetivo proteger, promover, inserir, prevenir as situações de vulnerabilidade e riscos existentes.” Entre outras coisas são consideradas vulnerabilidades as condições próprias do ciclo de vida, que ocorrem predominantemente em crianças de zero a seis anos e em idosos acima de sessenta anos. A LOAS estabelece um novo desenho institucional e o controle social: comando único, descentralização, planos e fundos da Assistência Social e a criação de conselhos de gestão e controle social em todas as esferas de poder. Essas exigências legais de criação desse novo desenho institucional é um importante instrumento de descentralização e democratização que possibilita o acesso ao financiamento público.

A partir de 1994, após a promulgação da LOAS, observa-se um processo nacional de implantação do sistema descentralizado e participativo, com a implantação de conselhos paritários e deliberativos, fundos e planos nos três níveis de governo. Realizam-se conferências nacionais, estaduais e municipais com a crescente organização da sociedade civil através da constituição de fóruns. Em Belo Horizonte, a partir desse movimento foram criados em 1996 o Conselho Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e a Política Municipal de Assistência Social. São marcos desse período a 1ª Política Nacional de Assistência Social (1998) e as normas operacionais básicas, NOB 1 (1998) e NOB 2 (1999) que reafirmaram os princípios e diretrizes da LOAS.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social. Essa deliberação foi acatada e em 2004 é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), consolidando princípios e diretrizes, objetivos e ações da assistência social, em particular a proteção social básica e especial, e propondo o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A PNAS define as bases para o novo modelo assistencial e de gestão da política pública de assistência social e na NOB/SUAS, aprovada em 2005, são tratados os aspectos operacionais desse sistema.

O SUAS instaura em todo território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social como perspectiva de responder a universalidade de um direito de cidadania. Até então, a assistência social era realizada de forma desarticulada e sem uma definição clara do que era seu objeto de intervenção. O SUAS define, regula, padroniza, organiza a hierarquia, os vínculos, responsabilidades e competências dos diferentes entes federados; os serviços, benefícios e seus programas e projetos de caráter permanente ou eventual e o modo de financiamento. Parte da compreensão da matricialidade sociofamiliar, da descentralização político administrativa e da territorialização reafirmando novas bases para a relação entre o Estado e a sociedade civil e para o financiamento e controle social da política. Dessa forma a assistência social vive uma transição paradigmática, que introduz novos conceitos e parâmetros, que se desdobram em mudanças na gestão, financiamento e no controle social.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação é uma das ferramentas previstas pelo SUAS/NOB para se pensar a gestão dessa política. É requisito a ser cumprido pelo município habilitado na gestão plena do Sistema único de Assistência Social. O propósito desse requisito é o aprofundamento dos instrumentos de gestão superando o modelo burocrático de controle das pessoas para uma gestão focada nos resultados.

2.1 Contexto histórico e institucional da implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação em Belo Horizonte: reformas administrativas

a) Reforma administrativa de 2000

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte passou por uma reforma administrativa no ano de 2.000, na qual foi criada a Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação da então Secretaria Municipal de Assistência Social. Essa reforma teve como referência uma tendência da atualidade onde as políticas públicas procuram melhor gerir os recursos não somente visando o controle, mas também e principalmente com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços prestados. Pode-se afirmar que a reforma administrativa visava alinhar o aparato estatal do município à concepção de gestão pública pós-burocrática ou gerencial. No que se refere à discussão sobre o modelo de gestão, o centro está na

necessidade de se gerir o aparato do Estado com foco nos resultados e na superação da burocracia.

A reforma administrativa de 2.000 na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pode ser considerada como fruto do acúmulo das gestões que antecederam (1993-1996 – Prefeito Patrus Ananias e 1997-2000 – Prefeito Célio de Castro). O Prefeito Célio de Castro foi reeleito em novembro de 2000 e após sua reeleição ele apresentou à Câmara Municipal de Belo Horizonte um projeto de lei com o propósito de reformular a estrutura administrativa da Prefeitura. A proposta foi aprovada nos últimos dias do ano e dos mandados dos vereadores.

A lei 8.146 sancionada pelo prefeito em 29 de dezembro de 2000 dispõe sobre a nova estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo, considerando apenas o primeiro e o segundo nível hierárquico. Os demais níveis na hierarquia foram definidos por meio de decretos do executivo municipal conforme autorização da Câmara Municipal de Belo Horizonte. De acordo com artigo 2º da Lei Municipal 8.146 de 29 de dezembro de 2000,

Art. 2º - A estrutura dos órgãos componentes da Administração Direta obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - 1º grau hierárquico: Secretaria Municipal de Coordenação ou equivalente;
II - 2º grau hierárquico: Secretaria Municipal ou equivalente;
III - 3º grau hierárquico: Gerência ou equivalente.

Conforme salientado no artigo acima o 3º grau hierárquico ou gerências é subdividido em 4 níveis que se relacionam à hierarquia de forma crescente. A macro estrutura organizacional apontou com clareza o formato administrativo pretendido pela reforma, baseado na ampliação da estrutura do núcleo regional e reordenamento do núcleo central tratada como a descentralização ou desconcentração administrativa.

Conforme Rosa (2001, p.3-4) “a consolidação do processo de descentralização intramunicipal tornou-se um dos principais eixos da reforma administrativa.” Nos fundamentos da reforma o autor aponta que a descentralização deve ser compreendida como um projeto político e de gestão e caracteriza os demais princípios da reforma que se relacionam com a descentralização que são:

- redefinição da direcionalidade de funcionamento da máquina política e burocrática do núcleo central para o núcleo regional;

- intersetorialidade e integração matricial;
- participação e acesso à informação – inovação e fortalecimento dos processos de informatização;
- novo modelo de funcionamento e de gestão do aparato político-administrativo – colegiado descentralizado – composto pelos núcleos central e regionais;
- expansão seletiva das funções da área central;
- fortalecimento da capacidade de coordenação e regulação do núcleo central;
- equidade e a redistribuição de bens e serviços públicos;
- deslocamento de poder, de responsabilidades e de funções;
- subsidiaridade ou gestão de proximidade;
- capacitação pessoal e revisão dos processos de trabalho.

Lobo (1998, p. 18-19)¹ apud ROSA (2001, p. 09-10) aponta os princípios norteadores das condicionantes e estratégias para a implementação da descentralização, que são absorvidos como princípios a ser seguidos pela reforma administrativa na PBH:

- a) Flexibilidade: observação das diferenças e peculiaridades das nove regionais;
- b) Gradualismo: implementação gradativa e bem monitorada para que não haja atropelos no processo de descentralização;
- c) Progressividade: mecanismo progressivo com relação à implementação do processo;
- d) Transparência no processo decisório: gestão colegiada;
- e) Controle, avaliação e monitoramento: “a necessidade de se definir mecanismos institucionalizados de acompanhamento, avaliação e controle dos serviços a serem executados em nível regional bem como das diretrizes, dos aparatos regulatórios e das estratégias de coordenação definidos pelo núcleo central é fundamental para viabilizar uma gestão integrada e uma articulação permanente entre os dois níveis governamentais. Além de mecanismos mais formais e institucionais de controle, avaliação, coordenação e retroalimentação entre as instâncias de planejamento e de operação, é necessário criar e ampliar mecanismos que possibilitem à população a participação e fiscalização no processo de formulação das políticas e execução dos serviços públicos.” (ROSA, 2001, p. 10)

Considerando o último princípio apresentado (Controle, avaliação e monitoramento) observa-se que na proposta da estrutura organizacional foram criadas gerências com competências para desempenhar esse papel.

¹ LOBO, Thereza. Descentralização – uma alternativa de mudança. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Revista de Administração Pública. jan./mar. vol.22. 1998

A estrutura organizacional do segundo e do terceiro níveis hierárquicos foi regulamentada por meio de decretos. Segundo esta regulamentação a estrutura organizacional voltada especificamente para a informação e para os instrumentos de gestão é composta por uma secretaria municipal temática (2º grau hierárquico) e por 35 gerências (3º grau hierárquicos) que são distribuídas em quatro níveis de gerências.

A Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação (SMAI) criada pela Lei 8.146 de 29/12/2001 e regulamentada por meio do Decreto 10.547 de 09/03/2001 compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral com as seguintes competências e atribuições:

Art. 21 - A Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação tem por finalidade planejar e coordenar a implantação das políticas de reestruturação organizacional, qualificação gerencial e sistematização de informação, visando à modernização das atividades da Administração Pública no âmbito do Poder Executivo.

Art. 22 - Compete à Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação:

- I - coordenar as atividades de organização e modernização administrativa;
- II - coordenar as atividades de qualificação gerencial;
- III - coordenar as ações de implantação da reforma administrativa, com a colaboração dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo;
- IV - coordenar as atividades relacionadas com o sistema de informação;
- V - desenvolver o sistema de informações gerenciais do Município;
- VI - desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos. (Lei 8.146 de 29/12/2001). Nosso grifo

Observa-se que as competências e atribuições relacionadas à coordenação e desenvolvimento de sistema de informação compõem com atribuições voltadas para modernização administrativa.

Como já mencionado foram criadas 35 gerências de informação e de instrumentos de gestão dentre essas a GEIM – Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação foi criada e implantada na então Secretaria Municipal de Assistência Social, como uma gerência de nível 1. Teve como propósito implantar sistema de informação transacional para atender às necessidades do processo de descentralização de serviços da política de assistência social. Nesse período, foram selecionados apenas três serviços da SMAAS/PBH: 1º) Plantão Social; 2º) Serviço Orientação Sociofamiliar (SOSF); 3º) Núcleo de Apoio Familiar (NAF).

b) Reforma administrativa de 2005

A gestão municipal do período de 2005 á 2008, iniciou suas atividades em uma estrutura administrativa revista, considerando dois eixos de avaliação: eficácia do processo de descentralização e crítica absorvida no processo eleitoral acerca do tamanho da estrutura organizacional. Sendo assim, a reforma administrativa diminuiu a estrutura das regionais administrativa e “enxugou” a estrutura das secretarias centrais. No caso da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação (GEIM) foi rebaixada à gerência de nível 2 – GEIMA – e foi pressionada a produzir instrumentos de gestão para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A revisão da estrutura organizacional da GEIMA no contexto da implantação do SUAS provocou um debate importante acerca da concepção de gestão adotada pelo regulador do SUAS, que é o governo federal e a gestão municipal. O que pode ser observado é que o SUAS como modelo gestão propõe criar e implantar instrumentos considerando o propósito de ampliação da governança e governabilidade da gestão. Desta forma na próxima seção será apresentada o Sisema de Monitoramento e Avaliação do SUAS

2.2 Sistema de Monitoramento e Avaliação no contexto do SUAS

O modelo de gestão do Sistema único da Assistência Social, assim como, os eixos estruturadores e os instrumentos de gestão propostos baseiam-se nas perspectivas de reformulação da gestão pública e ampliação da capacidade de governança do aparato estatal.

A definição conceitual de governança passa pela formulação de Bresser Pereira², que distingue duas dimensões de se pensar a gestão do Estado que tem se verificado, sendo elas: governança e governabilidade.

A governabilidade é a capacidade mediante a qual o Estado atua de forma legítima operando as ações de interesse coletivo, é definida pelo grau de democracia do governo, por sua vez a governança é a capacidade do aparato do Estado, cujo objetivo consiste em gerir de forma eficaz, eficiente e com efetividade as ações para consecução de metas coletivas ou restritas, foco nos resultados. (Belo Horizonte 2008, p. 11).

Esses conceitos têm sido reformulados ao longo do tempo e alguns autores criticam a distinção entre governabilidade e governança. Por exemplo, conforme Lima Júnior³ e Santos⁴ apud por Belo Horizonte (2008, p. 11), consideram que,

O *modus operandi* da gestão de bens e serviços ofertados à população não pode ser dissociado da reformulação do Estado e da reforma do governo. Essa imbricação foi estabelecida conceitualmente por meio da fusão dos termos governabilidade e governança gerando a reconceituação de governança. Dessa forma, governança considera que não existe capacidade gerencial para consecução de metas coletivas sem a legitimidade política para tal. Inclui-se na definição de legitimidade política a responsabilização do Estado em relação aos fenômenos de pobreza, exclusão social, assim como a participação da sociedade civil nos processos de concepção de agenda, elaboração de propostas, monitoramento e avaliação das ações do aparato do Estado.

Considerando essa concepção de gestão pública e a instituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) como um requisito a ser cumprido pelo município habilitado na gestão plena do SUAS, pode-se afirmar que o propósito desse arcabouço é o aprofundamento dos instrumentos de gestão superando o modelo burocrático de controle das pessoas para uma gestão focada nos resultados.

2.4 Sistema de Monitoramento e Avaliação: fundamentos teóricos e escolha da SMAAS

A proposta de construção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) para a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) e para o SUAS-BH passa por um processo de escolhas teóricas, políticas e orientações visando à objetivação dos processos de trabalho. Tais escolhas se pautam nas concepções expostas nas normativas da PNAS/2004 e NOB/2005, no acúmulo teórico existente devidamente contextualização na superação do *modus operandi* de burocracia.

Esse processo iniciou-se com a tentativa de compreensão das definições teóricas sobre M&A, vigilância e gestão da informação. São definições que se interrelacionam na teoria e na prática. Conceitualmente esses termos são muito difíceis de

distinguir e foi preciso que a SMAAS fizesse uma escolha conceitual para se criar seu sistema de M&A. Dessa forma,

Sistema de monitoramento e avaliação e vigilância é um conjunto de elementos interligados que compõem um modelo avaliativo. Isso representa a necessidade de estabelecer *a priori* o que vai ser avaliado, segundo quais enfoques e por meio de quais indicadores e meios de verificação.

Monitoramento e Avaliação deve ter claro sua finalidade. Deve ser compreendido como um instrumento de gestão que propicia identificar possíveis diferenças entre o resultado real e o planejado, por meio de indicadores previamente estabelecidos. Nesse sentido deve funcionar como a base do processo avaliativo que realimenta o processo de planejamento. Belo Horizonte (2007, p. 12).

De acordo com as definições sobre monitoramento e avaliação, entende-se que são processos separados, mas que estão interligados. O processo de monitoramento acontece para acompanhar o processo de trabalho e as informações geradas serão utilizadas no momento da avaliação para verificar os resultados. A avaliação pode se relacionar ao processo ou aos resultados de uma ação ou política. O adequado é que contemple essas duas dimensões a fim de garantir a complementaridade das análises e a efetiva investigação das inter-relações entre metodologia e os resultados alcançados.

Interpretando essa abordagem pode-se entender que monitora-se para agregar mais conteúdo à análise do resultado visando aperfeiçoar o processo, a sua relação de causa e efeito, produzindo dessa forma conhecimento que vai subsidiar as decisões gerenciais. O processo avaliativo pode ter várias finalidades, que não divergem entre si e que podem ser complementares. Isso vai depender do que se quer alcançar no processo avaliativo. Reforçando essa idéia a citação a seguir salienta que,

Produzir um modelo avaliativo em qualquer âmbito pressupõe definir com clareza os resultados esperados. Essa construção pode se orientar pela aplicação de recursos metodológicos de pesquisa científica no campo das ciências sociais. Assim como pode utilizar-se de recursos metodológicos de planejamento, como o marco lógico e o planejamento estratégico e situacional, nos casos de avaliação gerencial. (Belo Horizonte 2007, p. 16)

Foi a partir da compreensão do enfoque avaliativo acima descrito que a SMAAS procurou desenvolver seu Sistema de Monitoramento e Avaliação. Dessa forma, partindo do pressuposto que Sistema de M&A e vigilância é um conjunto de elementos

interligados que compõem um modelo avaliativo, procurou-se estabelecer *a priori* o que seria avaliado, segundo quais enfoques e por meio de quais indicadores e meios de verificação.

No caso da SMAAS, de acordo com informações da GEIMA/SMAAS, foi feita a opção em se fazer o marco lógico de três serviços de execução direta, sendo eles: 1º- o Plantão Social; 2º- o Serviço de Orientação Sócio Familiar (SOSF); 3º - o Núcleo de Apoio à Família (NAF) que atualmente é denominado de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os demais indicadores para os serviços de execução direta foram produzidos por meio de grupo de trabalho. Os serviços de execução indireta ainda não tem seu sistema de indicadores pois a SMAAS optou em trata-lo em outro momento.

O marco lógico foi uma referência para se começar à construção do Sistema de M&A. Foi necessário fazer o desenho de cada serviço com as equipes e recuperar o instrumental de planejamento visando dar clareza aos objetivos, instrumentais e resultados esperados. A partir do resultado esperado conseguiu-se fazer a identificação do indicador.

Desta forma, a concepção e elaboração do Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS, consistiu em duas etapas sendo elas: a) a primeira de delimitação dos objetos que serão avaliados e a indicação de como poderão ser verificados, enfoques avaliativos e os meios; b) e a segunda etapa foi o detalhamento daquilo que foi concebido, o Sistema de Indicadores.

2.3 Sistema de Indicadores do SUAS-BH

O Sistema de Indicadores é o principal instrumento do Monitoramento e Avaliação. A elaboração dos Sistemas de Indicadores da SMAAS foi resultante de um processo de negociação transparente e não impositivo. Nessa etapa de construção dos indicadores onde eles foram pactuados, a SMAAS, por meio de sua Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação (GEIMA), criou um processo de construção contínua com a participação dos trabalhadores da assistência social que executam os serviços. Isso faz parte do processo, pois a adesão dos trabalhadores na construção do sistema de M&A faz com que sua execução seja mais efetiva. Pode-se dizer que a SMAAS utilizou para a construção do sistema de indicadores a metodologia participativa.

Por se relacionar com aspectos avaliativos é necessário que o sistema de indicadores seja coerente com a visão e com a concepção que a organização tem sobre seus objetivos centrais. Sendo assim, a elaboração do sistema de

indicadores deve ser resultante de um processo de negociação transparente e não impositivo.

A metodologia participativa é a mais consistente na perspectiva de construção de um modelo avaliativo voltado para geração do conhecimento conforme Barreira (2000)⁵. Ou seja, avaliação que considera todos os agentes atuantes diretamente ou indiretamente na ação política (incluindo o usuário) compreendendo-os como agentes ativos no processo de criação e compartilhamento do conhecimento gerado no fazer e nas reflexões do fazer. (Belo Horizonte 2007, p.15,20)

Reforçando essa idéia de um Sistema de Indicadores, Valarelli (1999, p.6) afirma,

um sistema de indicadores é sempre resultado do processo dialógico e negociação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Cada organização tem uma leitura dos problemas sociais, de suas causas e possíveis soluções; possui valores próprios e atribui para si uma missão ou papel na resolução destes problemas. Adota um enfoque sobre que dimensões o projeto deve abordar e cria expectativas sobre o danho e o aprendizado que terá com ele.

Essa metodologia participativa de construção do conhecimento gera o que se denomina de aprendizagem organizacional.

O processo de aprendizagem organizacional, portanto consiste em um ciclo no quais as ações individuais levam às interações organizacionais com o ambiente, o ambiente responde e as respostas são interpretadas pelos indivíduos, que aprendem. Assim, membros da organização e a equipe das ações compartilham informação e criam memória organizacional, na forma de crenças compartilhadas, pressuposto e normas. (Belo Horizonte 2007, p. 23)

O Sistema de Indicadores da SMAAS para os serviços de execução direta foi criado então a partir de uma construção participativa. Foram realizados vários seminários, reuniões e oficinas para que fosse possível a construção com a participação de todos os trabalhadores da assistência social em Belo Horizonte. Outros instrumentos são utilizados no modelo de Monitoramento e avaliação da SMAAS, no entanto, o Sistema de Indicadores é o principal. De acordo com informações da GEIMA/SMAAS, esse sistema é composto de 39 indicadores, sendo que atualmente somente 18 deles estão em cálculo por meio do Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais – SIGPS - e os demais estão aguardando

⁵ BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa de Programas sociais**. São Paulo: Veras Editora. 2.000

implantação do sistema de informação. A viabilidade do Sistema de Indicadores se dá por meio do SIGPS, que é um aplicativo baseado no conceito de prontuário eletrônico do cidadão/usuário e seu núcleo familiar.

O Sistema de Indicadores da SMAAS é composto de indicadores de resultado e de processo que vão apontar para os objetivos centrais da organização. Dizendo sobre os indicadores de resultado, RUA apud Belo Horizonte (2007, p. 64), explícita que,

Na linguagem cotidiana fala-se muito em indicadores de resultado. Estes se referem a objetivos e metas. Um indicador de resultado não é o mesmo que o próprio resultado. Por isso que, cada resultado que se pretende mensurar exige um ou mais indicadores.

Indicadores de processo: representação objetiva de características que devem ser acompanhadas ao longo do tempo para avaliar e melhorar o seu desempenho. Medem a eficiência e eficácia dos processos. São os seguintes os indicadores de processo:

- a. indicadores de qualidade
- b. indicadores de produtividade
- c. indicadores da qualidade

Os indicadores da qualidade, ou indicadores da satisfação dos clientes, medem como o produto ou serviço é percebido pelo cliente e a capacidade em atender os requisitos dos clientes. Podem ser aplicados na organização como um todo, para um processo ou para uma área. Devem ser baseados em pesquisa de opinião.

Conforme Ribeiro apud Belo Horizonte (2007, p.13),

A avaliação do processo é qualitativa , quando os elementos em interação nem sempre produzem manifestações mensuráveis , e quantitativa quando se torna possível o estabelecimento de variáveis mensuráveis.

A avaliação de resultados considera elementos quantitativos e qualitativos, segundo os referenciais de expectativa em relação aos resultados e pactuados no processo de planejamento.

Além das dimensões processo e resultado, pode-se compreender a avaliação segundo seus enfoques: eficiência, eficácia e efetividade; e o diagnóstico e a análise situacional para o caso da vigilância.

Eficiência: é o enfoque que permite o julgamento das correlações estabelecidas entre a ação e o seu custo (...)

Eficácia: o foco está no cumprimento dos objetivos e na consecução dos resultados esperados. Pode ser definido em eficácia qualitativa e quantitativa. Eficácia quantitativa, afere o alcance quantitativo dos objetivos (resultados esperados) e metas, verificando se foram atingidos segundo o previsto. A eficácia qualitativa está relacionada ao como os objetivos foram atingidos, considerando se os instrumentos previstos para a execução foram realmente os empregados e se os meios utilizados foram coerentes e adequados para se atingir o resultado esperado.

Efetividade: é a verificação dos efeitos dos resultados da ação. Que podem ser esperados – efetividade ou não esperados – impacto. A avaliação da efetividade pode ter como recorte o indivíduo ou o contexto social territorial; podendo ser objetiva, subjetiva e substantiva. A efetividade objetiva é o critério de aferição quantitativa entre o antes e o depois da execução da ação,

considera aspectos objetivos e mensuráveis. A efetividade subjetiva se refere as mudanças comportamentais, crenças e valores. A efetividade substantiva individual ou social valida as mudanças mais qualitativas e duradouras nas condições sociais de vida dos usuários/beneficiários.”

A elaboração de indicadores vai depender da clareza do objeto de avaliação descrito e delimitado e da relação estabelecida com os enfoques avaliativos mencionados. Os componentes de um indicador, conforme definição estabelecida no Sistema de Monitoramento e Avaliação do SUAS-BH são: nome, conceito, interpretação, forma de cálculo, abrangência de análise, periodicidade, parâmetro conforme descrito a seguir:

Os componentes de um indicador são:

I – Nome : expressa de forma sintética o que pretende indicar.

II – Conceito: é a definição mais detalhada do indicador considerando principalmente as relações entre seus elementos.

III – Interpretação : é a possibilidade de agregação de valor ao indicador.

IV – Forma de Cálculo: é a abstração matemática do conceito do indicador.

V – Abrangência de análise: é a indicação dos níveis possíveis de desagregação e agregação dos indicadores.

VI – Periodicidade: indicação dos períodos possíveis para a construção do indicador, como: mensal, semestral, anual e outros.

VII – Parâmetro: é o estabelecimento de critérios objetivos que permitem agregar valor ao indicador. Normalmente representam resultados pactuados. Por meio dele torna-se possível dizer se o resultado do indicador foi satisfatório ou não.

VIII – Orientação para o tratamento do indicador : é a descrição de regras aplicáveis ao processamento e o detalhamento dos dados que serão recuperados para o cálculo do indicador. (Belo Horizonte 2007, p.18)

Os componentes descritos podem ser elaborados no momento da definição dos indicadores, com exceção do parâmetro, pode ser definitivo na perspectiva da pactuação de resultados. Entretanto, o parâmetro avaliativo é um dos principais elementos da avaliação. É o parâmetro que orienta a análise do indicador e sem ele as pessoas podem julgar o valor do indicador segundo critérios pessoais.

Os Indicadores precisam ser validados para que se construam parâmetros com mais margem de acerto. A validação dos indicadores ocorre em dois momentos distintos e complementares sendo eles: um é após a elaboração do indicador; e o outro após a construção do indicador. No caso dos indicadores do Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS eles foram validados após a elaboração e não foram validados após a sua construção. Ou seja,

é necessário que o SIGPS gere os relatórios a partir do cálculo do indicador, para que seja possível essa validação. Essa etapa é a validação do uso do indicador.

A construção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação passa por várias fases na sua implementação, sendo os indicadores, seu principal instrumento, conforme mencionado. A sua concretização é de fundamental importância para que a política pública de assistência social entre na era dos serviços públicos de qualidade e rompa com o ranço do assistencialismo baseado em ações sem continuidade, visibilidade e transparência. De acordo com Sposati apud por Belo Horizonte (2007, p. 99),

Todo esse escopo de dimensões supõe superar a visão de resultados intangíveis substituindo por um novo modelo de gestão que permita ao mesmo tempo construir a dimensão da escala nas ações de Assistência Social (volume de respostas face às demandas), bem como, a dimensão de avaliação de resultados de modo a tomar a ação mais efetiva em seus propósitos.

E por final, é válido considerar que, o sistema de indicadores de Belo Horizonte deve estar ligado ao sistema de monitoramento e avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social do Governo Federal (MDS) . De acordo com Jeni Vatsman (2009)

A operação local de um sistema de monitoramento está vinculada a um sistema de informação central. Para que a informação produzida em nível central chegue ao município e seja efetivamente utilizada pelos gerentes, é preciso tomar as ferramentas e os sistemas do MDS em instrumentos efetivamente usáveis pelos gerentes e gestores. Para isso elas devem ser amigáveis e não redundantes.

De acordo com informações da GEIMA/SMAAS o Sistema de Monitoramento e Avaliação Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) atualmente estão em fase de formulação e implementação, à medida que o MDS avança o município se adequa. Assim como, o município apresenta indicadores e variáveis específicas que são necessárias na perspectiva da gestão no nível local.

Em síntese, entende-se que, o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS foi pensado juntamente com a participação dos trabalhadores dessa Secretaria o que dá uma legitimidade para ele. Os indicadores criados ainda estão em fase de teste e alguns podem ser extraídos em relatórios gerenciais do SIGPS. Apesar disso, o movimento feito em torno da construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação, tem feito um diferencial da

política de assistência social, deixando ela, o caráter emergencial e pontual, para uma política com enfoques avaliativos, que por meio dos resultados alcançados pode ser avaliada, retroalimentada e gerida de forma mais eficaz.

O Sistema de Indicadores criado foi pensado para os serviços de execução direta, ficando os serviços de execução indireta sem condição de ser avaliados por meio de indicadores. Os Grupos de Convivência para idosos, parte do universo teórico dessa pesquisa, é um serviço de execução indireta e desta forma não possui sistema de indicadores pactuados pela SMAAS. Entretanto, possui indicadores que foram construídos em consultoria realizada ao serviço mas não foram utilizados até o momento pois geram dúvidas quanto a sua aplicação. Esse assunto será tratado nas seções **5 e 6**, onde será feita uma análise e proposta de adequação desses indicadores.

3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOA IDOSA (EM GRUPOS): MODALIDADE DE ATENDIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA /SUAS

Os Grupos de Convivência para Idosos visam atender a pessoas idosas promovendo o fortalecimento de práticas associativas, promocionais e também de prevenção para um envelhecimento saudável, evitando o isolamento e assegurando a participação e convivência familiar e comunitária, contribuindo para preservação da autonomia do idoso.

O Grupo de Convivência para Idosos é uma modalidade de atendimento da Assistência Social em Belo Horizonte desde a época da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Desse período em diante, percebe-se que essa modalidade vem mudando a sua “roupagem” deixando de ser uma atividade realizada de forma “doméstica” e passando a incorporar conceitos e instrumentos típicos dos serviços públicos que aderem as novas formas de se gerir o aparato do Estado, com mais eficácia, eficiência e efetividade. De uma forma geral, essa modalidade vem passando por reformulações e se adequando de acordo com o contexto institucional e legal.

Uma importante mudança mais recentemente é a definição dessa ação como serviço. Ou seja, deixar ser caracterizado como modalidade de atendimento passando a incorporar o conceito de serviço. Essa definição foi feita na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais recentemente publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Na tipificação é definido como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Entretanto, antes de fazer um resgate histórico a partir do contexto institucional proporcionado pela Constituição Federal de 1988 para entender como esse serviço foi sendo modificado e redefinido até chegar à definição proposta na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, é necessário fazer menção ao tema do idoso que merece destaque, uma vez que, o fenômeno do crescimento da população idosa requer das políticas públicas mais atenção e tem influenciado na sua redefinição e adequação.

3.1 A Pessoa Idosa no foco das Políticas Públicas

O envelhecimento populacional é hoje uma questão importante na agenda das políticas públicas e nos estudos acadêmicos. Isso se deve ao fato do número de brasileiros com mais de 60 anos ter dobrado nas últimas décadas. Além disso, as transformações na esfera econômica, social e política, nos sistemas de valores fazem com que o envelhecimento da população seja parte atuante e resultado do processo de transformação da sociedade.

A população idosa foi definida como a população de 60 anos ou mais, tal como definido no marco legal da Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso. A população idosa é composta tanto por pessoas com total autonomia, com capacidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social e que desempenham importantes papéis na família quanto por pessoas que não são capazes de lidar com as atividades básicas do cotidiano.

De acordo com Camarano e Pazinato apud Belo Horizonte (2005,p.30),

O número de brasileiros com mais de 60 anos passou de 7 milhões em 1980 para 14 milhões em 2000. Ao mesmo tempo, o ritmo de crescimento da população brasileira desacelerou em função da queda da taxa de fecundidade.

Reconhece-se que o avanço na idade traz tanto vulnerabilidades com agravamento de doenças crônico-degenerativas, a perda de pessoas próximas, a proximidade da morte, perda de papéis sociais, o isolamento social, entre outras coisas. A ampliação da cobertura dos sistemas de saúde bem como o avanço da tecnologia médica possibilitou o surgimento de um subgrupo populacional formado por indivíduos que não apresentam os sinais da senilidade. Essas vulnerabilidades e potencialidades variam ao longo do tempo e são diferenciados por grupos sociais, regiões geográficas, etc. De uma forma geral, as perspectivas que se vislumbram para médio prazo são a de continuação da redução da mortalidade em torno das idades avançadas.

Essa breve análise sobre o fenômeno do envelhecimento indica que as políticas públicas precisam elaborar e pensar em ações para esse contingente populacional. É fundamental construir ou adequar as políticas públicas de forma a garantir o atendimento às demandas do envelhecimento. Dentro desse contexto, é importante que as políticas desenvolvidas se orientem, sobretudo por uma concepção preventiva, que contribuam para promoção da autonomia da pessoa idosa. As ações de caráter preventivo reduzem de forma

significativa os gastos com a manutenção da saúde ao valorizarem o bem-estar da população idosa, incentivando suas capacidades e afastando-a da inatividade e do isolamento social.

Além das mudanças apontadas pelo fenômeno do envelhecimento percebe-se que a construção do serviço voltado para o público idoso, começa a ter contornos com a Política Nacional do Idoso e com o Estatuto do Idoso. Essa legislação vem marcar uma mudança de paradigma para se pensar a questão do envelhecimento de forma a garantir políticas públicas de mais qualidade.

Todos esses processos contribuíram para se pensar numa política para o idoso no município de Belo Horizonte de forma mais qualitativa. O Estatuto do Idoso trouxe conquistas até então desconsiderada para o idoso. A garantia de convivência familiar e comunitária, explícita em seu texto, vem mudar a realidade de muitos idosos que não contavam com o apoio da família e de políticas públicas. O que até então era negado para esse público passou a ser um direito.

O Grupo de Convivência para Idosos, nesse contexto, é um serviço que tem como princípio a garantia da convivência familiar e comunitária, se tornando dessa forma, um serviço de cunho preventivo que busca romper com a tão usual institucionalização dos idosos em “asilos” contribuindo para preservação da sua autonomia e conseqüentemente dos laços comunitários e familiares.

3.2 Marco Regulatório da Política Pública de Assistência Social para o Idoso na SMAAS: dois eixos o legal e o institucional

Os Grupos de Convivência para Idosos conveniados com a SMAAS vem passando por reformulações a partir de dois movimentos que vem acontecendo. O primeiro movimento diz respeito às mudanças na legislação que regulamentam a Política Pública de Assistência Social e a política para o idoso que já foram abordados no tópico nas seções **2.1** e **3.1**. E o segundo diz respeito às mudanças institucionais que se verifica na SMAAS a partir de reformas administrativas realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte também abordada na seção **2.3**. Em muitos momentos esses dois movimentos se articulam proporcionando um ambiente favorável para as mudanças. Em outros eles acontecem de forma independente. Fazer um resgate histórico dessas mudanças institucionais foi uma missão desafiadora, uma

vez que, os registros que existem são poucos. Foi necessário, para recuperar a memória histórica das práticas da assistência social para o idoso no município, utilizar-se de técnicas de sistematização de documentos escritos e dos métodos da história oral para suprir a carência de fontes secundárias. Para isso foi recuperado um documento elaborado pela Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social/SMAAS que fez um resgate histórico da assistência social (Belo Horizonte 2009 p. 26-30) e entrevistas com pessoas que participaram de algumas fases da construção de uma política do idoso na SMAAS.

De acordo com o esse documento, a estrutura organizacional da Assistência Social da PBH pode ser classificada da seguinte forma:

- a. Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social - nov. de 1977 a nov/1981 (não existia secretaria específica de Assistência Social)
- b. Secretaria Municipal de Ação Comunitária – junho de 1983 a dezembro de 1985
- c. Secretaria Municipal de Bem estar Social dezembro de 1988 a maio de 1989
- d. Secretaria Municipal de Ação Social maio de 1989 a dezembro de 1989
- e. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – dezembro de 1989 a dezembro de 2000
- f. Secretaria Municipal de Assistência Social – de dezembro de 2000 a mar.2005
- g. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – de mar de 2005 até os dias atuais.

No organograma da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social não existia nada que indicasse algum setor destinado ao idoso. Já no organograma da Secretaria Municipal de Ação Comunitária, observa-se o Departamento de Assistência aos Idosos e programas eventuais. Em 1989 foi criada a Secretaria de Ação Social e no mesmo ano a Secretaria de Desenvolvimento Social, entretanto no organograma da Secretaria Municipal de Ação Social é observado o departamento de Assistência Social onde está vinculado o Serviço de Assistência ao Idoso. Já no organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não existia nenhum departamento específico para o idoso.

A observação da estrutura organizacional às vezes não corresponde exatamente a realidade, mas pode funcionar como uma bússola para orientar a pesquisa. Entretanto, não foi possível aprofundar a pesquisa nos períodos anteriores a 1989 por falta de registro.

A partir de 1989 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é instituída passando a gerir a política pública de Assistência social no município. A partir daí uma nova história passa a ser construída, pois com o advento da constituição de 1988, a assistência social deixa seu caráter de benesse do estado para com os pobres e passa a ser um direito do cidadão, vindo a compor o rol das políticas públicas de seguridade social.

Em Belo Horizonte, a metodologia de trabalho foi sendo elaborada na perspectiva social democrata ou inclusiva. O governo da frente democrática e popular, iniciado em 1993, instituiu o orçamento participativo; realizou importante trabalho sociassistencial junto à população de rua; incrementou a política de abastecimento; por meio de convênio, deu cobertura a grande maioria das creches comunitárias, grupos de terceira idade e entidades afins, construindo regras democráticas para as parcerias público privadas, as quais estão expressas na Lei nº 7.427 de 1997, que reflete uma postura de reconhecimento e valorização das entidades prestadoras de serviços sociais.(Belo Horizonte,2009)

Ao analisar o referido documento verificou-se a inexistência do registro da história dos grupos de convivência conveniados com a SMAAS. Ao tentar compreender os motivos dessa ausência, a historiadora responsável pelo trabalho afirmou que não foi possível fazer nenhum resgate da história desses grupos, pois as fontes que utilizou, como o arquivo público por exemplo, não haviam registros. Desta forma, fez-se necessário recorrer a fontes de informação oral e documentos não oficiais para resgatar essa história.

Conforme informações obtidas na então Gerência de Política para o Idoso que mostra períodos marcados por mudanças desde 1993 até o período de 2004. Essas mudanças são demarcadas por períodos relacionados com mudanças na legislação, no ambiente político e nas reformas administrativas decorrentes do mesmo. As informações recuperadas são:

a) Período anterior a 1993:

- ausência de critérios de qualidade e conveniamento para esses grupos, Convênios estabelecidos diretamente entre instituições e Gabinete (caráter clientelista);
- ausência do Setor de Prestação de Contas;
- convênio único para todas as instituições conveniadas, sem critérios quanto ao perfil do público atendido;

- ausência de capacitação de equipe para o serviço de supervisão;
- ausência de acompanhamento técnico às entidades conveniadas, pois não haviam critérios estabelecidos.

b) Entre os anos de 1993 e 1997:

No período que data da época de 1993 a 1997, no contexto de implementação da LOAS, e num contexto político favorável, onde a assistência social, entrou na agenda de prioridades políticas do município, foi investido em recursos humanos para a assistência social e reforma administrativa, onde se percebe algumas modificações na política voltada para o idoso:

- Formação de equipes específicas de trabalho com idosos;
- Contratação de consultoria para o trabalho com idosos e definição de metas de trabalho como: Diagnóstico das entidades asilares, criação de fóruns de discussão regionais, criação de grupos de convivência nos Centros de Apoio Comunitário - CAC Regionais, e incrementação do Conselho Municipal do idoso;
- Elaboração de Planos de Trabalho discutidos individualmente com as entidades, com definição de ações, metas e prazos no atendimento;
- Grupo de discussão sobre o serviço de supervisão, porém, ausência de sistematização das mesmas;
- 1994: formalização do Guia de Prestação de Contas, com o estabelecimento de critérios de conveniamento;
- Definição do repasse de verbas mediante Plano de Trabalho (Lei 8.666);
- Assessoria dos técnicos às entidades de atendimento ao idoso na execução de suas ações;
- Visitas esporádicas às entidades para idosos;
- Não efetivação dos critérios de qualidade;

c) Entre os anos de 1997 e 1999:

- Criação de uma nova estrutura para o atendimento a idosos pela SMDS: Diretoria de Apoio e Assistência ao idoso;
- Priorização do Grupo de Convivência de Idosos e rearranjos de alguns convênios;

- Estabelecimento de rotinas de visitas às entidades conveniadas;
- Visitas realizadas por estagiários;

Lei de Parcerias nº 7.427 de 19/12/97, fundada na democratização e qualificação dos serviços de Assistência Social. Com a nova Lei, novas exigências e critérios de qualidade foram estabelecidos para esse serviço.

d) Posterior ao ano de 1999:

- Entrada de supervisores no acompanhamento às entidades conveniadas;
- Estabelecimento de objetivos quanto ao cumprimento de metas conveniadas, desenvolvimento de atividades com os usuários, encaminhamento de demandas ou serviços disponíveis na comunidade, assessoria técnica à coordenação das entidades;
- Avaliação semestral junto às entidades para idosos;
- Planos de Trabalho orientados individualmente com as entidades;
- Formalização do primeiro documento de estabelecimento de critérios de atendimento das entidades com prestação de serviços aos idosos;
- Regulamentação da Lei de Parcerias.

e) Anos de 2000 a 2002: período de transição

Nesse período, acontece uma reforma administrativa que extingue a Diretoria de Apoio ao Idoso e se cria a Gerência de Política para o Idoso (GEPID) com o intuito de qualificar atendimento a população idosa. Os serviços para a população idosa ofertados pela SMAAS anterior a Gerência de Política para o Idoso eram: os Grupos de Convivência para idosos, as Instituição de Longa Permanência ILPI'S e a casa transitória. Com a criação desta gerência inclui-se dois novos serviços ao idoso que foram: Serviço de Atendimento no Domicílio (SAD) que visa atender idosos com direitos violados e o Disque Idoso. Com a criação da GEPID os serviços foram reordenados.

A gestão da casa transitória foi transferida para Secretária Municipal de Saúde. O disque idoso foi transferido para a Secretaria de Direitos e Cidadania. O SAD passou a ser denominado Serviço de Atendimento Sócio-familiar (SASF). Dessa forma, os serviços para o público idoso existentes na SMAAS atualmente são:

- Instituição de Longa Permanência (ILPI'S);
- Serviço de atendimento sócio-familiar (SASF);
- Grupos de Convivência para Idosos.

Entretanto, para o momento, será feita análise mais aprofundada, a partir das mudanças ocorridas com a criação da GEPID, para o Serviço Grupo de Convivência para idosos, pois ele faz parte do universo teórico dessa pesquisa.

e) A reforma administrativa de 2002 a 2004: criação da Gerência de Política para o Idoso

Com a criação da Gerência de Política para o Idoso, procurou-se conceituar os Grupos de Convivência para Idosos que até aquele momento não contava com uma definição. O período anterior a essa Gerência é marcado por falta de definição do que seria esse serviço e isso acabava comprometendo a qualidade do serviço prestado a população, pois a falta de critérios gerava confusão quanto ao que deveria ser feito com o recurso financeiro recebido. Era observado o gasto desse recurso com compra de medicamentos, óculos, cestas básicas, entre outras coisas.

Passou-se, assim, a conceituar os Grupos de Convivência como uma modalidade de atendimento que objetivam atender a pessoa idosa promovendo o fortalecimento de práticas associativas, produtivas, promocionais e também de prevenção para um envelhecimento saudável, evitando o isolamento e assegurando a participação e convivência desejável na vida cotidiana e na comunidade, contribuindo assim para a preservação da autonomia e independência dos idosos.

A SMAAS para acompanhar o processo da relação convencional se utiliza de um instrumento de regulação que é denominado Supervisão às Entidades Conveniadas. A Supervisão tem como objetivo regular a aplicação dos recursos públicos e garantir a qualidade do atendimento. Essa função de acessória técnica, procura qualificar o serviço prestado pela entidade à medida que identifica e maximiza os seus recursos e potencialidades, uma vez que, essas entidades, são coordenadas na maioria das vezes pelos próprios idosos, que nem sempre tem conhecimento suficiente para utilizar o recurso de forma qualificada. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a Supervisão não era exercida de forma regular devido a falta de definição dos critérios de atendimento e um número de técnicos reduzidos para acompanhar os convênios. Com a criação da Gerência de Política para o Idoso, a supervisão

foi potencializada, com maior número de técnicos para realizar os acompanhamentos aos grupos e definição de metas e ações que deveriam ser acompanhadas pelo supervisor.

As parcerias irão se estabelecer através de processo contínuo de negociação, de mútua responsabilização gerando como produto a qualidade dos serviços prestados. Para isto a supervisão, avaliação e monitoramento serão ações privilegiadas na política de assistência social. De acordo com Moreira, “a supervisão não será mais um controle da burocracia, mas pautada na cooperação, na negociação, tendo como principal estratégia unificar ações numa rede integrada onde a disseminação da informação deverá fluir ininterruptamente gerando sempre desenvolvimento pela multiplicidade de saberes. (Belo Horizonte,2009)

Sendo assim, aconteceram mudanças nesse período de gestão que influenciaram a Supervisão potencializando a sua ação, assim como, nos próprios grupos que passaram a ter um acompanhamento mais sistematizado que acabavam por refletir em suas práticas.

f) Período de 2004/2005 : a readequação dos serviços para o público idoso conforme SUAS/NOB

Em 2004 é publicada a nova Política Pública de Assistência Social que acabaram por exigir novas reformas administrativas na SMAAS/PBH. Isso aconteceu, pois a publicação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e sua normativa NOB/2005 criaram o Sistema Único de Assistência Social. O SUAS se constitui num sistema de regularização e organização da rede de serviços socioassistenciais por níveis de proteção.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social são funções da assistência social: a proteção social; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais. Desta forma, a proteção social passa ser objeto de intervenção dessa política. A proteção social a ser operada pela assistência social envolve a garantia de um conjunto de seguranças dinamicamente articuladas:

- segurança de acolhida: promovida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas.

- segurança social de renda: é complementar a política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas circunstâncias, com presença ou não de contratos de compromissos; e por meio da concessão de benefícios continuados para

cidadãos não incluídos no sistema contributivo de seguridade social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida (idoso), e ou incapacidade para vida independente e para o trabalho.

- segurança do desenvolvimento da autonomia: exige ações profissionais que visem o desenvolvimento de capacidades e habilidades para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercitar escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal, superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político.

- segurança de convívio: realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários. A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que possa se concretizar, não restringe o estímulo a socialização grupais e coletivas que ampliem as formas de participação social e exercício da cidadania. (BRASIL, 2005, p. 90-93)

De acordo com o SUAS, as ações de assistência social, que procuram garantir as seguranças acima elencadas, são organizadas por níveis de proteção, sendo eles, os serviços de proteção social básica e proteção social de média e alta complexidade. Os Grupos de Convivência para Idosos é um dos serviços da proteção social básica, sendo assim, vou me ater nesse nível de proteção, por ser ele um recorte do universo teórico dessa pesquisa.

A proteção social básica destina-se a prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. A proteção social básica, é operada por meio de:

- a) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) - O CRAS é unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. É unidade gestora da base territorial local encarregada da oferta de serviços e que atuam num equipamento físico específico.
- b) Programa de atenção integral a família (PAIF)
- c) Rede de Serviços Socioeducativos – a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que operam benefícios, serviços, programas e projetos. É articulada por meio do CRAS e da rede de entidades conveniadas.
- d) Benefícios eventuais
- e) Benefício de prestação continuada.

Conforme os níveis de proteção e operação dos serviços previstos pelo SUAS/NOB a SMAAS precisou readequar seus serviços pelos dois níveis de proteção social: básica e especial. Os serviços existentes na SMAAS anteriores a criação do SUAS foram relacionados às gerências: a) Gerência de Proteção Social Básica; b) Gerência de Proteção Especial, conforme a reforma administrativa que foi realizada em 2005.

Desta forma, a Gerência de Política para o Idoso foi extinta e os seus serviços foram readequados na Gerência de Proteção Básica e na Gerência de Proteção Especial conforme orientação do SUAS/NOB. Os Grupos de Convivência, por ser um serviço, de cunho preventivo ficou na Gerência de Proteção Básica. Conforme explicado anteriormente, a proteção básica visa prevenir situações de risco através do desenvolvimento dos vínculos familiares e comunitários. Os grupos de convivência ofertam a possibilidade da integração social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através das atividades que desenvolvem. Por esse motivo essa modalidade de atendimento se adéqua ao que está previsto para a proteção básica que são ações de cunho preventivo.

A partir desse reordenamento institucional, o Serviço Grupo de Convivência para idosos e a equipe de supervisão que acompanhava esses grupos passaram a fazer parte da Gerência Proteção Básica. Essa gerência ao começar a gerir o serviço considerou que apesar do atendimento realizado nos Grupos de Convivência, havia necessidade de maior qualificação nos serviços prestados em alguns aspectos. Para isso foi realizada uma consultoria para avaliação do serviço e como resultado dessa consultoria criou-se um Curso de Capacitação para os coordenadores de grupos de convivência, que tinha como objetivo qualificar o atendimento prestado nos Grupos de Convivência.

Nesse curso, no último módulo, foi feita a apresentação dos indicadores de qualidade para o funcionamento de um grupo de convivência para idosos. Esses indicadores foram construídos pela consultoria com a equipe de supervisão que apontou quais aspectos do grupo precisam ser avaliados visando qualificar o serviço. Percebe-se que como esse curso, que teve caráter continuado, a supervisão, encontrou uma forma de qualificar o atendimento. Entretanto, os indicadores criados, para o curso não foram utilizados. A utilização desses indicadores seria uma forma da supervisão acompanhar e monitorar esse serviço com maior precisão de acertos. Os indicadores precisam ser revistos com relação a alguns aspectos metodológicos que não eram claros na época. A necessidade de revisar e adequar esses

indicadores, surgiu a partir de discussões internas da equipe de supervisão que apontaram para alguns problemas de mensuração e de definição dos componentes, o que tornou a aplicação dos indicadores confusa.

g) Período de 2009 em diante: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

O Serviço Grupo de Convivência atualmente é caracterizado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais recentemente publicada.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça entre outros.

Esse serviço especificamente para o público idoso tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação

e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

O que se percebe então é que a tipificação vem reordenar esses serviços confirmando assim o que até então estava estabelecido para o trabalho com os idosos inseridos na modalidade Grupo de Convivência. Com a tipificação deixa de existir a modalidade Grupo de Convivência para idosos e passa-se para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Entretanto, essa é uma legislação muito recente. É preciso criar bases institucionais para que os serviços existentes hoje na SMAAS passem ao que está previsto na tipificação.

3.3 Desafios do Serviço Grupo de Convivência para idosos em Belo Horizonte

Atualmente em Belo Horizonte existem 55 Grupos de Convivência Conveniados com a SMAAS, conforme informações da Gerência de Proteção Social Básica da SMAAS. Os Grupos de Convivência estão localizados dentro do território da proteção social básica no município de Belo Horizonte. Desta forma, 23 grupos de convivência para idosos se encontram dentro do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e 32 deles se encontram em espaço organizados pelas entidades sociais conveniadas com a SMAAS. Essa divisão faz com que esses grupos tenham formas diferentes de gestão o que torna o atendimento realizado no CRAS aparentemente mais qualificado por se desenvolvido e planejado pela equipe de técnicos dos CRAS, enquanto os que são executados pela sociedade civil não contam com esse apoio técnico.

O fato de um grupo está no CRAS aponta também para outro diferencial. O CRAS realiza outros serviços e apresenta dois eixos metodológicos de intervenção previstos no SUAS. O eixo socioassistencial e o eixo socioeducativo. Os grupos que estão fora do território de CRAS não tem como orientação metodológica o eixo socioassistencial. Isso torna o trabalho desenvolvido no CRAS, diferente, no que diz respeito a um dos eixos estruturadores do SUAS que é a matricialidade sociofamiliar. Essa diferenciação ocorre porque as entidades que realizam o serviço fora do território do CRAS, são anteriores ao SUAS, funcionando na lógica do trabalho por segmento. Desta forma, torna-se um desafio essa transposição paradigmática dos grupos que estão fora do território do CRAS. Além disso,

as entidades não estão organizadas levando-se em consideração outro eixo estruturador do SUAS que é o território.

O território da proteção social básica em Belo Horizonte tem cobertura das entidades da sociedade civil que têm convênios com a SMAAS estando localizadas em várias regiões da cidade; e através dos Centros de Referência da Assistência Social que estão localizados nas regiões de maior vulnerabilidades da cidade. O território é uma das formas de se estruturar a gestão do SUAS. O território é a base de organização do SUAS, mas é necessário elucidar que o território representa muito mais que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais.

A perspectiva territorial incorporada pelo SUAS representa uma mudança paradigmática. As ações públicas da área da assistência social devem ser planejadas territorialmente tendo em vista a superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social e estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidades e carecimentos.

Essa lógica do território, está mais acentuada no CRAS, pois trata-se do enquadramento no SUAS. As entidades conveniadas com a SMAAS e que compõe a rede socioassistencial, que é denominada execução indireta dos serviços, funcionam numa lógica anterior ao SUAS, e desta forma, não estão condicionadas a tratarem o serviço territorialmente. Ou seja, existe uma lógica anterior ao SUAS funcionando concomitantemente com as mudanças que ele traz.

Os grupos que estão fora do território de CRAS vêm se adequando as exigências do SUAS, mas o que se percebe é que muitas vezes a realidade legal é bem diferenciada da que se observa na prática. Os indicadores de qualidade para o Serviço Grupo de Convivência para idosos nesse processo de adequação ao SUAS podem servir como instrumento de gestão para possibilitar a adequação do serviço. Dessa forma, a validação desses indicadores enquanto instrumento de gestão passível de compor o sistema de indicadores da SMAAS se torna um desafio. Esses indicadores foram construídos, mas até o momento não foi feita sua utilização como instrumento de avaliação sistemático e não compõem o sistema de indicadores da SMAAS. Apesar do conteúdo dos mesmos apontar para

aspectos qualitativos do Serviço Grupo de Convivência para Idosos ainda não foi averiguado se os mesmos podem compor o Sistema de Indicadores da SMAAS. Além disso, é necessário que esses indicadores sejam validados quanto aos aspectos de conteúdo e medição. Isso se torna também outro desafio para esse serviço e torna-se objeto dessa pesquisa. No Capítulo 05 será feita uma análise desses indicadores, quanto aos aspectos de conteúdo e medição e se eles são passíveis de compor o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS. Posteriormente será feita a proposta de adequação dos mesmos levando-se em consideração os aspectos analisados.

4 PROBLEMA, OBJETIVOS E METODOLOGIA

O Tema dessa pesquisa “Revisão e Adequação dos Indicadores do Serviço de Convivência da pessoa Idosa do Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte ” tem por objetivo revisar e adequar os indicadores criados para esse serviço. Esses indicadores foram construídos numa consultoria junto à equipe de supervisão aos grupos conveniados com a SMAAS/PBH, que acompanha na ponta o serviço e desta forma conhece de perto a realidade desses grupos.

Os Indicadores de Qualidade para os Grupos de Convivência para Idosos foram criados, mas até o momento não foram aplicados, pois eles geram dúvida quanto a sua interpretação, por não ter sua conceituação descrita fica suscetível a interpretações subjetivas. E, além disso, porque não foi construída uma metodologia de aplicação dos mesmos gerando confusão na hora de aplicá-los. Dessa forma, essa pesquisa tem por objetivo revisar e adequar os indicadores de acordo com a modelo vigente que a SMAAS vem adotando na construção de seu Sistema Indicadores, pois até o momento não tem nada escrito que valide esses indicadores como sendo passíveis de compor o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS. A SMAAS elaborou e vem implementando o seu sistema de monitoramento e avaliação dos serviços soioassistenciais do município em conformidade com a gestão municipal em todas as áreas e de acordo com as normativas federais que regulam a política pública de assistência social.

Os indicadores ora aqui analisados são específicos de um serviço (grupo de convivência para idosos), entretanto, isso não impede que façam parte do Sistema de M&A da SMAAS.O formato desses indicadores está inadequado com o modelo da SMAAS. A revisão e adequação desses indicadores considerarão alguns dos aspectos já contemplados pela SMAAS na construção do formato do seu sistema de indicadores. Esses aspectos são:

- Nome do indicador (sua expressão sintética);
- Conceito (a descrição da relação contida em sua fórmula);
- Interpretação (explicitação daquilo que o indicador pretende apontar, medir);
- Orientação para coleta de dados;

- Fórmula de cálculo (abstração matemática do conceito)

A metodologia utilizada para revisar e adequar esses indicadores será a análise documental e a recuperação de conceitos em entrevista a consultora responsável pela construção desses indicadores. Essa entrevista se torna necessária, pois o documento resultante da consultoria não tem descrito os aspectos constituintes dos indicadores acima elencados. Por meio desses procedimentos metodológicos pretendo resgatar os conceitos que esses indicadores tratam e assim poder revisá-los e adequá-los dentro do contexto institucional da SMAAS.

5 ANÁLISE DOS INDICADORES: DESCRIÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS CONCEITOS

A análise dos Indicadores de Qualidade para Grupos de Convivência de Idosos foi realizada por meio da leitura de documentos e entrevista para recuperação de conceitos. Num primeiro tópico será descrito os indicadores e posteriormente será feita a análise levando-se em consideração o referencial teórico dessa pesquisa. Foi necessário resgatar os conceitos, uma vez que os mesmos geram dúvidas quanto à sua interpretação e o documento que traz os indicadores não apresenta dados suficientes para uma análise. Ele é apenas descritivo, ficando suscetível a interpretações pessoais. Foi necessário fazer um resgate do ponto de vista do contexto em que esses indicadores foram criados para melhor compreendê-los.

De acordo Lúcia Afonso, consultora do serviço na época, quando a demanda da consultoria chegou para ela,

... foi apresentada pelo serviço pelo fato de que eu já vinha trabalhando com outros serviços da Secretaria (Criança Pequena, CRAS – na época NAFs, SOSFs). Os grupos de idosos que já existiam em Belo Horizonte não tinham parâmetros de qualidade estabelecidos, cada grupo funcionava de um jeito e como as coordenações de Grupo também eram muitas vezes estabelecidas por convênios, entidades diversas, alguns grupos estavam começando a ser desenvolvidos nos NAFS, mas a maioria dos grupos era por coordenações das mais diversas, e as mais diversas quer dizer não era só por ser os idosos, mas alguns tinham prática em coordenar grupos e outros não. Então assim, surgiu essa necessidade de dar apoio não só na qualidade, mas de dar uma cara, dar uma identidade pros grupos de convivência para caracterizar dentro da política. E daí a necessidade de fazer uma capacitação com os coordenadores, até porque é a discussão se esses grupos deveriam ser feitos por técnicos do serviço ou se deveriam ser feitos por parceiros. A situação no momento, era que você tinha uma equipe pequena na SMAAS que tinha que ser referência para esse monte de coordenadores. Precisava então, de uma solução rápida imediata. (entrevista, 2010)

Desta forma, entende-se que essa capacitação foi realizada, pois o serviço precisava de uma identidade, e usou-se a capacitação com os coordenadores como uma estratégia, pois a equipe de supervisão, não conseguia somente por meio do acompanhamento realizado qualificar o atendimento. Sendo assim, era necessário qualificar o coordenador que está no grupo no dia a dia. A consultoria dessa forma foi contratada com esse propósito.

Ao ser perguntado de como a consultoria foi se configurando durante o processo, Lúcia, esclarece que,

como a demanda foi se configurando isso eu acho importante também porque era um grupo que discutia bastante, então que, aliais praticamente todos os grupos na secretaria a consultoria sempre foi construída “com”, nunca foi aquela consultoria que é vocês falassem “como faz isso” e eu dou uma resposta de cima pra baixo. Sempre foi muito participativa e sempre ouvindo muito os trabalhadores do contexto de trabalho deles.

e eu me lembro que eu sempre puxava pra conseguir fazer os indicadores “mas vocês não vão ter isso, vocês não vão ter aquilo”. Mas ao mesmo tempo, era um puxar respeitoso, dentro das condições de trabalho. Daí vocês falavam “não isso aqui vai ser possível, isso não vai ser possível” e assim a gente ia puxando de um lado e ia construindo alguma coisa.(entrevista,2010)

Neste contexto, os Indicadores de Qualidade propostos no Curso de Capacitação para os Coordenadores dos Grupos de Convivência em 2006 foi resultado dessa consultoria realizada em 2005 ao serviço de supervisão. Tem por objetivo avaliar o trabalho desenvolvido nos grupos. Essa avaliação tem como foco avaliar o trabalho levando em consideração o objetivo de um Grupo de Convivência.

Ao ser perguntada sobre o propósito dos indicadores criados, Lúcia afirma que,

Estabelecer uma consistência na qualidade dos grupos de convivência para idosos que fosse compatível com os objetivos da PNAS. Ou seja, que os grupos não fossem meros agrupamentos, no modelo assistencialista. Que os grupos de convivência para idosos fossem uma estratégia que realmente pudesse agregar qualidade de vida para os idosos (na saúde poder-se-ia falar em envelhecimento saudável, e na assistência social de qualidade de vida no ciclo de vida da terceira idade), fortalecer vínculos rompendo o isolamento social, estabelecer um espaço para conhecer as demandas dos usuários e conhecer situações que necessitassem algum tipo de intervenção ou acompanhamento (como em uma concepção de vigilância socioassistencial).

Sendo assim, esses indicadores, objeto de análise dessa pesquisa, visam avaliar se os objetivos de um grupo de convivência para idosos estão sendo alcançados através das atividades que estão sendo ofertadas. Essa avaliação seria realizada todo ano pela equipe de supervisão, visando a partir dos resultados obtidos, qualificar o atendimento nos grupos de convivência para idosos, pois a partir dos resultados dessa avaliação seria possível apontar em quais aspectos o grupo precisa melhorar. A avaliação proposta contempla dois eixos: o

primeiro é relativo aos aspectos institucionais e técnicos de um grupo e o segundo é relativo aos aspectos de funcionamento e convivência. Esses aspectos são avaliados através dos indicadores.

Ao dizer sobre a divisão dos indicadores entre os relativos aos aspectos institucionais e técnicos e os relativos aos aspectos de funcionamento e convivência, Lúcia, esclarece que,

Os indicadores que vão tocar nos aspectos institucionais e técnicos, eles vão dizer respeito ao estabelecimento dos grupos, se ta havendo prestação de contas, se ta havendo lanche, a frequência, etc. Ou seja, é sobre o estabelecimento de um serviço, embora na época ainda não fosse serviço. Mas, a questão era, esse serviço ta atingindo aos objetivos para os quais foi criado?

Como a gente fica sabendo que se a qualidade dele é tal que ele está atingindo os objetivos. Então, na época, talvez, a gente não teria condições de fazer uma avaliação de realização de objetivos quantitativos, como, a população de idosos de B.H, o número dos grupos de convivência, esse tipo de coisa. Mas em relação aos grupos que existiam, até que ponto, eles estavam de fato alcançando os resultados que eles deveriam alcançar como política de assistência social, que tinha a ver com a promoção dos direitos, com os acessos, com a prevenção das relações, com o rompimento do isolamento social, com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (entrevista,2010)

Os indicadores dos aspectos institucionais e técnicos, na verdade, não foi uma parte inovadora dessa consultoria, uma vez que, a supervisão já acompanhava as metas previstas no plano de trabalho. O que a consultoria produziu nesse aspecto foi somente transpor essas metas que já estavam construídas em formato de indicador e a partir disso ter condições de mensurar se essas metas estavam sendo alcançadas ou não. Esse dado pode ser confirmado na fala da consultora acima mencionada, quando ela salienta para o fato de que, o desafio era como avaliar a qualidade do serviço dentro dos objetivos da política de assistência social. Essa avaliação mais qualitativa teve como resultado a construção dos indicadores dos aspectos de funcionamento e convivência, que apontam justamente para o “como fazer”. Ou seja, qual a metodologia que esses grupos estavam adotando para alcançar seus objetivos dentro da política de assistência social.

Lúcia, esclarece sobre em quais aspectos avalia que esses indicadores apontam para os objetivos do serviço e da organização,

Os objetivos da organização são avaliados principalmente por aqueles indicadores que têm relação com a construção de condições para realizar os objetivos do serviço (institutional building). Ou seja, criar as condições de trabalho, as parcerias, a base material, o financiamento, etc. Talvez, também, na época, BH estivesse muito empenhada em construir metodologias, desenvolver capacitações, etc., como uma forma de participar no cenário nacional da implementação do SUAS.

Os objetivos do serviço são avaliados principalmente por aqueles indicadores que têm relação com a qualidade do atendimento ao sujeito idoso (fortalecimento de vínculos, vigilância socioassistencial, qualidade do atendimento em um momento do ciclo de vida que está associado a vulnerabilidade). Acrescento que a convivência no grupo buscava fortalecer vínculos comunitários, escutar as demandas, conhecer situações que necessitassem intervenção (possíveis violações de direitos), estimular a participação dos idosos, etc.(entrevista, 2010)

Os indicadores criados tem o intuito de avaliar o processo de trabalho por meio das atividades realizadas e do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, de acordo com Lúcia,

se entendermos que os coordenadores de grupo, apesar de não serem trabalhadores do SUAS, estavam de alguma maneira implicados no processo de trabalho que realiza o SUAS. Neste caso, os indicadores avaliavam a qualidade do serviço “grupo de convivência” que dependia em grande parte da atuação dos coordenadores. Isto implicava em ver se as atividades desenvolvidas cumpriam os objetivos dos grupos de convivência na política e se as metas cumpriam os objetivos propostos pela gestão.(Entrevista,2010)

Na seção **5.1** será descrito os indicadores para posteriormente serem analisados. É válido ressaltar que no decorrer dos anos, a equipe de supervisão, alterou o formato dos indicadores, sem chegar a um consenso sobre a utilização dos mesmos e sem ter tido esse formato validado como correto de ser aplicável.

5.1 Descrição dos indicadores e análise de seus conceitos

Indicadores dos aspectos institucionais e técnicos

Os indicadores referentes aos aspectos institucionais e técnicos foram criados para avaliar as metas previstas no Plano de Trabalho firmado entre a entidade (grupo de convivência) e a PBH/SMAAS. O trabalho com Grupos de Convivência requer uma fundamentação que possibilite o seu melhor funcionamento dentro de diretrizes e objetivos da

PNAS/SUAS. Essas metas são uma forma da PBH/SMAAS não deixar o convênio sem diretrizes. Ou seja, é dito nessas metas o que a entidade precisa atingir e fazer com o recurso recebido pra ter o convênio renovado. Isso é acompanhado pela supervisão durante a vigência do convênio mas até o momento não foi aplicado no formato dos indicadores propostos com essa finalidade.

Aspectos Institucionais e Técnicos	1. Houve preenchimento do numero disponível de vagas?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	2. Houve frequência mínima da maioria dos participantes?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	3. Houve repasse das informações obtidas?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	4. A prestação de contas está em dia	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	5. A documentação convenial está em dia?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	6. Houve a organização mensal da lista de assitidos?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	7. Houve o preenchimento da ficha de todos participantes (modelo SMAAS)?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	8. Participação nos cursos de cuidadores de idosos? (20 % de funcionários) e outros oferecidos pela SMAAS?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	9. Houve planejamento as atividades?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	10. O planejamento das atividades reflete a demanda do grupo?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	11. As atividades seguiram o planejamento?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	12. Houve entrega do relatório trimestral?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	13. Houve colaboração com as visitas técnicas?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	14. Houve avaliação pelos usuários?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	15. A avaliação dos usuários foi positiva?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	16. Houve fornecimento de lanche?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A qualidade do lanche foi boa?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	

Indicadores dos Aspectos de Convivência e Funcionamento

Os indicadores referentes aos aspectos de convivência e funcionamento, tem por objetivo avaliar aspectos que não são contemplados no Plano de Trabalho. Esses aspectos, de acordo com resultado da consultoria, são necessários serem avaliados para que um Grupo de Convivência para Idosos alcance sua finalidade dentro do eixo da política de assistência social. Esses indicadores tratam dos aspectos metodológicos, ou seja, qual o caminho que o grupo está utilizando para atingir seus objetivos. Logo abaixo, eles estão discriminados, sendo:

Aspectos funcionamento convivência	de	Os objetivos práticos do grupo foram satisfeitos	(1) bastante (2) um pouco
	e	Os participantes demonstraram sentimento de identidade pelo grupo?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		Houve participação da maioria dos membros do grupo?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		Houve uma boa comunicação entre os participantes do grupo?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		Houve cooperação da maioria dos membros do grupo?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		A relação da coordenação do grupo foi democrática? (escuta e participação do grupo nas decisões sobre seu funcionamento?)	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		Os temas tratados no grupo foram do interesse dos participantes?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada
		Houve participação da maioria dos membros do grupo?	(1) bastante (2) um pouco (3) nada

No material disponibilização para o Curso de Coordenadores na época, a descrição para os conceitos apontados pelos indicadores dos aspectos de funcionamento e convivência que estão abaixo descritos:

- a) Os objetivos práticos do grupo foram satisfeitos?

- (Os objetivos práticos do grupo são aqueles relacionados às atividades de produção e aprendizagem)
- b) Os participantes demonstraram sentimento de identidade de grupo?
(sentimento de identidade do grupo está relacionado ao acolhimento dos participantes. Eles se sentem acolhidos? Sentem que fazem parte de um grupo? Criam vínculos entre si?)
 - c) Houve participação da maioria dos membros do grupo?
(Participação : foi estimulada a participação de todos no grupo? Houve estímulo a criatividade?conseguiram desenvolver seus objetivos dentro do seu contexto?)
 - d) Houve uma boa cooperação da maioria dos membros do grupo?
(Cooperação: os participantes mostraram respeito e interesse pelos colegas? Tem disponibilidade para dar apoio e oferecer sugestões?)
 - e) A relação da coordenação com o grupo foi democrática? (escuta e participação do grupo nas decisões sobre seu funcionamento?)
(a coordenação tem conseguido acolher e construir um ambiente de confiança e respeito no grupo? Promover a cooperação e comunicação no grupo? Agir de maneira democrática, estimulando a participação de todos? Dinamizar o grupo, com a escolha pertinente de atividades e técnicas)
 - f) Os temas tratados no grupo foram de interesse dos participantes?
 - g) Houve promoção de informação sobre direito de cidadania?
(Direito de cidadania : englobam todos os direitos: humanos, sociais, culturais, incluindo ai os direitos dos idosos e a divulgação do Estatuto do Idoso)
 - h) Houve atividades de promoção das habilidades pessoais e sociais?
(atividades de desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais são atividades que propiciem o exercício da memória, raciocínio lógico, criatividade, capacidade de comunicar, escutar e narrar, trocar experiência, auto-estima, exercícios físicos, etc)
 - i) Houve atividades de fortalecimento de vinculos familiares e comunitários?
(atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários : atividades que promovam a participação de familiares e pessoas da comunidade no grupo através de atribuições específicas; demais atividades abertas a comunidade)

Alguns desses conceitos que os indicadores tratam não ficaram claros. Dessa forma em entrevista com Lúcia foi feito resgate de conceitos que serão utilizados para melhor

compreender os indicadores e o que eles querem traduzir. A seguir segue alguns esclarecimentos que foram feitos a cerca desses conceitos.

Na variável “houve boa comunicação no grupo?”, a definição que está sugerida para responder está variável é: as pessoas estão encontrando abertura para se expressar? Para dizer o que sentem? O que pensam e querem fazer? Existe uma verdadeira troca de experiência no grupo? A comunicação é positiva?

De acordo com Lúcia,

O diálogo no grupo depende também das condições para o estabelecimento do diálogo. Colocar os idosos em uma sala e lhes dizer para “conversarem o que quiserem” é quase tão sem sentido quanto colocar alunos em uma sala e lhes dizer para “estudarem o que quiserem”. Quando se trata de um serviço dentro de uma política pública que tem seus objetivos e diretrizes, acredito que as condições para o diálogo devem estimular aquilo que é objetivo da política. Não se trata então apenas de conversar sobre questões do cotidiano mas de abrir um espaço através dessa conversa para conhecer o contexto de vida do usuário, suas demandas, situações de violação de direitos, incentivo ao protagonismo, etc. Então, os usuários (no caso, os idosos) devem sim escolher o que querem conversar mas essa conversa precisa ser acompanhada, estimulada e compreendida. Podem ser assuntos simples mas isto não significa que serão banais. Se os idosos contam uma piada para se divertirem e isto agrega qualidade de vida, compartilhamento, alegria, vínculo de confiança uns nos outros e na coordenação, isto pode ser simples mas não é banal. Mas se a piada expressa preconceitos que vêm desqualificar participantes no grupo, ou simplesmente serve para evitar outros assuntos mais difíceis de serem abordados, então é uma situação de comunicação que não estimula a qualidade da convivência ou que a banaliza.

A comunicação positiva é aquela na qual: os sujeitos têm a oportunidade de se expressarem com o mínimo possível de constrangimento; podem trocar experiências para embasar uma compreensão sobre o seu cotidiano; podem gerar empatia e apoio mútuo construindo vínculos de confiança e de pertencimento; podem encontrar apoio para sua afetividade e sua criatividade; podem encontrar um espaço de compreensão e tolerância; podem vir a compreender melhor e buscar construir sentidos para a sua história de vida; podem encontrar apoio para as suas dificuldades e seus projetos, etc, etc. Isto não tem que ser um “papo cabeça” durante todo o tempo, uma conversa sempre séria e muito menos intelectualizada. Mas é preciso ter densidade no diálogo quando as pessoas precisam abordar questões que lhes trazem dúvidas, conflitos e mesmo o prazer da realização junto com os outros. O Touraine diz que “o sujeito é o esforço do ator de se tornar autor de sua própria história”. Esse esforço de autoria precisa muito de comunicação entre os atores sociais, tanto para os atores individuais quanto para os grupos. Digamos que a comunicação positiva é aquela que além de se desenvolver a partir da escuta e do respeito mútuo, pode tratar dos conflitos de maneira não violenta, apoiar os esforços de criar novos sentidos e projetos e, enfim, apoiar os sujeitos para serem autores de sua história. Isto

acontece tanto na discussão de um movimento social quanto em um grupo de convivência que pode, de fato, conversar tanto sobre a sua receita de pão de queijo quanto sobre suas diversas outras questões que o cotidiano levanta. (Entrevista, 2010)

Na variável cooperação, defini-se cooperação através das perguntas: os participantes mostraram respeito e interesse pelos colegas? Tem disponibilidade para dar apoio e oferecer sugestões?

Lúcia esclarece que,

O grupo trata do fortalecimento de vínculos. A cooperação não se dá necessariamente em torno de uma atividade material. Pode se dar em torno de uma atividade simbólica – a conversa, o diálogo, bem no estilo Paulo Freire ou Habermas. Assim, respeito, escuta e interesse são condições dialógicas que ajudam a construir o vínculo grupal. São condições que expressam se o grupo está se empenhando em trabalhar (construir a sua própria interação) juntos, ou seja, se há cooperação. A cooperação serve, então, para criar vínculos, sentimento de pertencimento, confiança e espaço de expressão. (Entrevista, 2010)

Na variável que avalia se houve motivação no grupo Lúcia pontua que,

A motivação é individual e grupal. A motivação do indivíduo depende da sua inclusão no grupo (o que não significa que deva concordar sempre com o grupo) e de que o ele traz para o grupo faça sentido dentro da rede de vínculos e de comunicação. Ele(a) se sentirá motivado(a) se a produção (material, simbólica, afetiva) do grupo responder às suas demandas individuais, ainda que parcialmente. Se o grupo conseguir estabelecer um vínculo que acolha o sujeito e lhe permita encontrar sentido no que está sentindo, pensando e propondo.

A motivação é do grupo quando se observa que os sujeitos se unem em torno de objetivos comuns e se organizam para realizá-los. (Entrevista, 2010)

Ao ser perguntada sobre o que pode ser considerado atividades dentro do grupo que promovam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, Lúcia afirma que,

Bem... acho que o texto da política nos deixa com algumas interrogações sobre o que seria o “fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Acho que um ponto é o fortalecimento das redes de apoio social, a possibilidade de que os sujeitos se apoiem em suas necessidades cotidianas de sobrevivência e de convivência. Outro ponto, interligado, é o fortalecimento da sociabilidade, não apenas no sentido das trocas no cotidiano, mas também no sentido de construção do vínculo social, sobre os desafios que coloca a vida em comum, as dificuldades e os projetos, as escolhas possíveis, a sociedade que se quer construir (ainda que com os limites do contexto histórico). É preciso lembrar que esse conceito de “fortalecimento de vínculos” tem tudo a ver com uma visão de proteção social, onde o Estado é responsável por desenvolver políticas públicas de

promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos de cidadania, mas onde o cidadão também precisa ter um papel ativo nos diferentes espaços de participação social (que inclui o Cotidiano) e de protagonismo social (que envolve as diversas formas de controle social). Assim, podemos pensar minimamente que o fortalecimento de vínculos para os grupos de convivência para idosos está no fortalecimento da sociabilidade e das redes de apoio social (não estou falando aqui apenas de rede de serviços, mas da possibilidade de apoio ao sujeito na família, entre amigos, nas associações comunitárias, nas associações de trabalhadores, enfim, nas diversas instâncias onde ele (a) se relaciona na sociedade. (Entrevista,2010)

Veja aí, vamos passando pelo Habermas, pelo Paulo Freire, pelo Touraine, pelo Melucci... enfim, eu sou uma psicóloga social, né, Karla? É essa não apenas a minha visão da PNAS e dos grupos de convivência... é minha visão de mundo.” (entrevista, 2010)

Na seção **5.2** será feita a análise dos indicadores levando-se em consideração o modelo de Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS e o referencial teórico adotado por essa pesquisa, além do resgate de conceitos que foi necessário fazer.

5.2 Análise dos Indicadores

Os aspectos abordados pelos indicadores referentes aos aspectos institucionais e técnicos que visam avaliar se as metas e ações previstas no plano de trabalho foram alcançadas. São objetivos e podem ser mensuráveis, desta forma podem ser considerados quantitativos apontando para os resultados previstos nas metas e ações do Plano de Trabalho. No instrumental de avaliação eles são mensuráveis por meio das respostas (1) sim ou (2) não. Entretanto, não está especificada a forma de cálculo. Além da forma de cálculo, não está definido para esses indicadores , conceito, interpretação.

Os indicadores referentes aos aspectos de funcionamento e convivência buscam medir o que até então para supervisão é um desafio. Esses aspectos mostram se o grupo, por exemplo, está garantindo a segurança de acolhida, convivência familiar e comunitária e segurança de autonomia previstos como seguranças a serem afiançadas pelo SUAS. Ou seja, esses aspectos buscam mensurar aspectos específicos desse serviço, mas que se remetem a aspectos fundamentais da política de assistência social. São mais difíceis de serem mensurados por tratarem de aspectos mais subjetivos de serem avaliados. Podem ser

interpretados de várias formas conforme a visão da pessoa que está aplicando. E como não foram criados os componentes para esses indicadores, torna-se confusa sua aplicação por ficar suscetível a interpretações individuais. Apenas um aspecto dos componentes que um indicador deve ter foi indicado no instrumental entregue pela consultoria, foi a interpretação do indicador. Com relação a forma de mensuração, que também é um componente do indicador, são dadas as formas de respostas para as perguntas de (1) bastante, (2) um pouco, (3) nada. Entretanto não tem formula de cálculo ou outra estratégia de sintetização.

Desta forma, levando em consideração o referencial teórico dessa pesquisa, análise documental e entrevistas realizadas, constata-se alguns pontos com relação aos indicadores de qualidade pra o Grupo de Convivência para Idosos da SMAAS/PBH. Esses indicadores podem ser classificados como de processo, pois avaliam a metodologia do trabalho de um grupo de convivência num determinado período, fornecendo dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos são referentes aos indicadores que mensuram os aspectos institucionais e técnicos, referentes as metas previstas no plano de trabalho. Esse plano tem um período pre-determinado (02 anos) e contém os resultados e metas esperadas nesse período. Os dados qualitativos tem relação com os indicadores referentes aos aspectos de funcionamento e convivência, pois indicam a forma, a metodologia utilizada no processo, para alcançar o resultado esperado.

Ao esclarecer sobre a metodologia de trabalho proposta, Lúcia faz as seguintes considerações,

Eu entendo que os coordenadores tenham dificuldades com esses indicadores, que esses indicadores tem um discurso técnico. Eu acho que os próprios técnicos da secretaria muitas vezes têm dificuldades com esses termos. Por exemplo, “vamos trabalhar com comunicação do grupo”. Aí o pessoal, descabela, “mas o que é comunicação”. E realmente, é um conceito que a gente tem que parar, pensar e discutir um pouco, para poder falar então “eu to falando de comunicação assim, assim assado, e nós vamos mensurar de tal e tal jeito”, porque como todo indicador qualitativo você tem um conceito e você tem decisões sobre quais aspectos que você tem condições e que são possíveis mensurar. Então, isso é um recorte que você faz quando cria um indicador.(Entrevista,2010)

Ao dizer sobre a metodologia, ela avalia a necessidade de uma discussão em torno desses conceitos e forma de medição do indicador. Isso não foi possível fazer na época, uma vez que, não foi realizado uma discussão mais aprofundada dos indicadores pela equipe

e nem pré-teste dos mesmos. Posteriormente os técnicos que compunham a equipe na época da consultoria não continuaram no serviço, fato esse que comprometeu o andamento das discussões, só ficando parte deles e entrando outros que tinham opiniões diferenciadas. O fato é que nunca se chegou a um consenso em torno dos indicadores, apesar de em 2008 ter sido feito um esforço da equipe nessa época de se fazer essa discussão. Nesse período houve alteração do formato dos indicadores, entretanto, não se chegou a um consenso sobre aplicação dos mesmos e sobre a interpretação que os técnicos tinham a respeito dos conceitos que os indicadores apontavam. Essa dificuldade persiste até os dias de hoje.

Além dos aspectos de processo e resultado, esses indicadores podem ser classificados sobre outros aspectos. Conforme RUA, citada seção 3, existem várias tipologias de indicadores. Dentro do que ela descreve, identifiquei que os indicadores aqui tratados podem se enquadrar no tipo “específico”, pois buscam medir aspectos avaliativos de uma atividade dentro da organização. É diferente do “geral” que busca medir aspectos de uma organização como um todo. Sendo assim, entende-se que, os indicadores propostos para os Grupos de Convivência para Idosos podem vir a compor o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS, tratando o que é mais específico desse serviço e não fugindo dos objetivos centrais da organização, uma vez que, esses indicadores foram criados justamente para contemplar aspectos que o SUAS aponta como necessários para um grupo de convivência.

Lúcia, explica que,

Os Grupos de Convivência para Idosos, como uma política dentro do SUAS, dentro da PNAS. Então, você encontra dentro de uma página do ministério, uma definição bem rápida de que “ Grupo de Convivência para Idosos era pra diminuir o isolamento social, promover cidadania, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Então assim, muito dentro dos objetivos do SUAS, dos direitos socioassistenciais, mas buscando os grandes problemas dos idosos do ponto de vista social e político, não é político de política, é político de organização da sociedade, era muitas vezes as vulnerabilidades mais diversas vinculado a pobreza, ao isolamento social, ao fato de que era muitas vezes os idosos que ajudavam a sustentar suas famílias, era a questão do envelhecimento desprovido de acessos necessários, e era necessidade então desse fortalecimento de vínculos não só do ponto de vista pessoal, mas o vínculo do cidadão com a sociedade e o Estado.(Entrevista,2010)

E isso se pensava então que os Grupos de Convivência pretendiam acontecer dentro desses objetivos, além de criar uma situação, onde o idoso, rompendo aquele isolamento social, ele pudesse expressar sua demandas, suas necessidades, se ele tivesse vivenciado alguma situação de violação de direitos e com isso poderiam ser atendidos dentro do sistema.

Só que os grupos de idosos teoricamente seriam isso. Mas na prática acontecia de forma diferente. Então, como você pula de um grupo de convivência, que é um grupo onde as pessoas vão lá e jogam conversa fora, faz uns crochês e depois vão embora pra casa, como você pula dessa realidade para aquela outra concepção de grupo de convivência que é do sujeito de direitos. Sem ter interesse, sem ter rede de fluxos. E os objetivos da PNAS, do respeito, do fortalecimento de vínculos, da autonomia do idoso, de acessos, acolhida, e mesmo o direito a renda através do BPC. Então tem que lembrar que quando criou essa metodologia era 2005. Então, eu acho que hoje, já dá pra ter uma proposição mais amarrada do que era, do que foi possível fazer na época. (Entrevista, 2010)

Sendo assim, entende-se como os aspectos apontados pelos indicadores de qualidade ora aqui tratados, se relacionam com os objetivos e princípios da Política Pública de Assistência Social. Eles foram criados numa perspectiva de adequar o serviço, que na época funcionava de forma que não contemplava os princípios dessa política, aos princípios da PNAS/SUAS.

Em síntese, compreende-se que esses indicadores são de processo (quantitativo e qualitativo), que tem como proposta avaliar a metodologia, enquanto uma metodologia capaz de alcançar os objetivos propostos pelo serviço grupo de convivência para idosos na política de assistência social. Pode-se entender que, eles podem vir a compor o Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS, por levar em consideração os princípios dessa política. Entretanto, como foi demonstrado eles precisam ser revistos quanto aos componentes que um indicador deve conter (forma de cálculo, interpretação, coleta de dados, etc). Na seção 6, será feita uma proposta de adequação para os indicadores levando em consideração as falhas aqui analisadas com relação aos componentes e com modelo proposto pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação da SMAAS/PBH.

6 PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS INDICADORES

Esta seção tem por objetivo fazer uma proposta de adequação para os Indicadores apresentados na seção anterior. A proposta considera a necessidade de se definir componentes avaliativos e agregadores de indicadores, assim como, o detalhamento de cada indicador considerando:

- 1 – Esclarecimentos conceituais e de concepção do indicador
- 2 – A escala de respostas
- 3 – Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação
- 4 – Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

Foram mantidas as dimensões institucionais e técnicas e nos aspectos de funcionamento e convivência. Propõe-se que essa divisão seja feita de outra forma, para efeito de cálculo e peso dos indicadores. Sugere-se agrupar os aspectos já considerados em aspectos que têm relações mais próximas e que por isso podem ser avaliados como um Componente, conforme descrito:

Aspectos Institucionais e Técnicos:

- a) Componente - Organização: relação convenial;
- b) Componente - Gerenciamento
- c) Componente - Vinculação ao SUAS

Aspectos de Funcionamento e Convivência:

- a) Componente - Dinâmica do Grupo
- b) Componente - Objetivos socioassistenciais do SUAS

Essa nova forma de agrupar os indicadores foi pensada visando a criação de uma forma de cálculo para os mesmos e como forma de visualizar onde o grupo precisa dar maior peso no momento de fazer uma proposta de melhoramento a partir do planejamento realizado. A seguir será feita a proposta de adequação dos indicadores.

QUADRO 1 – Síntese dos indicadores revistos

	Componentes	Indicadores	Escala
I. Aspectos Institucionais e Técnicos	1.0 - Organização: relação convenial – cumprimento de metas do convênio	1.1 - Houve preenchimento do número de vagas?	Resposta: SIM – 2; EM PARTE 1; NÃO –0 Síntese do componente: (\sum dos indicadores 1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5)/ Número de indicadores
		1.2 - A prestação de contas está em dia?	
		1.3 - A documentação convenial está em dia?	
		1.4 - Houve a entrega mensal da lista de assistidos?	
		1.5 - Houve entrega do relatório trimestral?	
	2.0 Gerenciamento	2.1 - Houve frequência mínima da maioria dos participantes?	Resposta: SIM – 2; EM PARTE 1; NÃO –0 Síntese do componente: (\sum dos indicadores 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6)/ Número de indicadores
		2.2 - Houve planejamento das atividades?	
		2.3 - O planejamento das atividades reflete as demandas do grupo?	
		2.4 - As atividades seguiram o planejamento?	
		2.5 - Houve fornecimento de lanche?	
		2.6 - Houve avaliação dos usuários?	
	3.0 Vinculação ao SUAS	3.1 - Houve participação nos fóruns regionais?	Resposta: SIM – 2; EM PARTE 1; NÃO –0 Síntese do componente: (\sum dos indicadores 3.1; 3.2; 3.3; 3.4)/ Número de indicadores
3.2 - Houve repasse das informações obtidas?			
3.3 - Houve Participação nos cursos ofertados pela SMAAS?			
3.4 - Houve colaboração com as visitas técnicas?			
II. Aspectos de funcionamento e convivência	4.0 Dinâmica do Grupo	4.1 – Os objetivos práticos do grupo foram satisfeitos?	Resposta: SIM – 2; EM PARTE 1; NÃO –0 Síntese do componente: (\sum dos indicadores 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6)/ Número de indicadores
		4.2 – Os participantes demonstraram sentimento de identidade?	
		4.3 – Houve participação da maioria dos membros do grupo?	
		4.4 - Houve uma boa comunicação entre os participantes do grupo?	
		4.5 – Houve cooperação da maioria dos membros ?	

		4.6 – A relação da coordenação com o grupo foi democrática?	
	5.0 Objetivos socioassistenciais	5.1. - Houve promoção de informação sobre direito de cidadania?	Resposta: SIM – 2; EM PARTE 1; NÃO – 0 Síntese do componente: (Σ dos indicadores 5.1; 5.2; 5.3)/ Número de indicadores
		5.2 - Houve atividades de promoção das habilidades pessoais e sociais?	
		5.3 - Houve atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários?	

6.1 Proposta de adequação dos indicadores referentes aos aspectos institucionais e técnicos

A proposta de adequação será feita de acordo com os componentes do indicador descritos anteriormente, conforme subdivisão proposta. Desta forma, primeiramente faremos dos indicadores referentes aos aspectos institucionais e técnicos e posteriormente dos indicadores de funcionamento e convivência.

Os indicadores dos aspectos institucionais e técnicos foram agregados nos Componentes

- a) Organização: relação convenial
- b) Gerenciamento
- c) Vinculação ao SUAS

Componente 1.0 - Organização: relação convenial

Os indicadores que apontam para o cumprimento das metas documentais do convênio. São aqueles que dizem respeito aos procedimentos que a entidade mantenedora do serviço e o próprio grupo precisam adotar para manter a documentação convenial em dia. São aspectos que dizem respeito à organização administrativa do convênio, sendo eles:

- Houve preenchimento do número de vagas?
- A prestação de contas está em dia?
- A documentação convenial está em dia?
- Houve a entrega mensal da lista de assistidos?
- Houve entrega de relatório trimestral?

1.1 - Indicador: Houve preenchimento do número de vagas?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

O número de vagas aqui é compreendido como o número de *per capita*s afiançadas no Plano de Trabalho firmado pelo grupo (entidade mantenedora) com a SMAAS. A entidade pode atender número maior de pessoas em relação ao número de vagas cobertas por *per capita*s, caso queira. Não é aceito o contrário, atender número inferior pactuado no Plano de trabalho.

II – Escala de respostas

Sim

Não

III – Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

A principal fonte de informação é a lista de assistidos elaborada pelo grupo (entidade mantenedora) todo mês, conferido pelo supervisor. Essa conferência deve ser vinculada à observação que o supervisor realiza no acompanhamento mensal onde deve observar como satisfatório que entre 75% a 100% de participação. A observação da recorrência de uma participação inferior a 75% indica o não preenchimento do número de vaga

IV – Orientação para cálculo ou registro da mensuração

O cálculo do indicador considera o ciclo anual do Plano de Trabalho e estabelece como satisfatório o preenchimento das vagas durante todos os meses do ciclo do Plano de Trabalho, sendo assim, considera-se no registro:

Sim: listas de assistidos com ocupação de 75% ou mais das vagas durante todos os meses – 12 meses.

Não: pelo menos um mês com ocupação de vagas inferior a 75%.

1.2 - Indicador: A prestação de contas está em dia?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

A prestação de contas em dia, aqui significa que, a entidade deve prestar contas do gasto realizado com os recursos até o dia 20 de cada mês subsequente ao mês recebido. Ou seja, recebeu em abril presta contas até o dia 20 de maio. Considera-se prestação de contas a entrega da documentação na gerência da SMAAS responsável por essa tarefa : - Gerência de Prestação de Contas de Convênios (GEPCCOC) e sua aprovação após conferência da documentação.

II - Escala de resposta:

Sim

Não

Em parte

III - Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

A principal fonte de informação para esse indicador é o Sistema de Monitoramento Administrativo de Pagamentos da Assistência Social (MAPAS), e caso, as informações não estejam atualizadas, o supervisor deverá verificá-las junto a GEPCOC. Esse procedimento deverá ser realizado todo mês antes do supervisor realizar a visita na entidade, pois deverá levar a informação para o grupo.

IV – Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

- () Sim – Considera-se, para essa resposta que, a prestação ficou atualizada de 6 a 12 meses do ano;
- () Não – Considera-se, ara essa resposta, que a prestação de contas ficou irregular durante todos meses do ano;
- () Em parte – significa que ficou atualizada considerando até 05 meses do período de um ano.

O registro mensal da resposta à pergunta do indicador deve ser feita no instrumental Relatório Anual do Grupo, para ao final do período de um ano, ser feito o cômputo do indicador de acordo com a escala de respostas apresentada.

1.3 - Indicador: A documentação convenial está em dia?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

A documentação convenial aqui é compreendida como os documentos que a entidade deve manter atualizados mensalmente para que esteja habilitado juridicamente para o convênio com a SMAAS.

II - Escala de respostas

- () Sim
- () Não
- () Em parte

III - Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

A principal fonte de informação para esse indicador é o Sistema de Monitoramento Administrativo de Pagamentos da Assistência Social (MAPAS). O supervisor deverá consultá-la para verificar a situação da validade da documentação. Caso esteja irregular, confirmar com a gerência de convênios essa informação.

IV – Orientação para cálculo ou registro da mensuração

O registro da informação mensal obtida deverá ser feito no instrumental de visita (e informado ao grupo se está em dia) e no Instrumental Relatório anual do grupo. Esse registro será atualizado no final do período de um ano para o cálculo do indicador, levando-se em consideração a escala de respostas:

- Sim – significa que a documentação convencional está em dia. Considera-se , para essa resposta que, a documentação ficou atualizada de 6 a 12 meses do ano
- Não – significa que a documentação convencional está irregular. Considera-se, ara essa resposta, que a documentação convencional ficou irregular durante todos meses do ano.
- Em parte – significa que ficou atualizada considerando até 05 meses do período de um ano.

1.4 - Indicador: Houve a entrega mensal da lista de assistido?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Sugere-se substituir o nome “Houve a organização mensal da lista de assistidos” por “ Houve a entrega mensal da lista de assistidos”, pois é necessário a entrega da lista e não somente a sua organização. Desta forma, com a devida adequação do nome, esse indicador é compreendido como a entrega mensal da lista contendo o nome dos inscritos no grupo, freqüentes ou não. É válido entender que a não freqüência não exclui de imediato o nome da pessoa da lista. É necessário fazer uma avaliação da exclusão do nome na lista pois quando se exclui um nome abri-se uma vaga no grupo. Ou seja, deve ser avaliado a exclusão do nome, pois a mesma significa a exclusão da pessoa, podendo entrar outra em seu lugar caso a vaga fique em aberto.

II - Escala de respostas:

- () Sim
- () Parcialmente
- () Não

III - Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

A lista deve ser organizada pela entidade mensalmente com o nome das pessoas que saíram do grupo e com o nome das que entraram, assim como outros dados que nela contém, conforme modelo da SMAAS.

IV – Indicador: Orientação para cálculo ou registro da mensuração

Serão levadas em consideração as listas de assistidos entregues no período de um ano (jan a dez) para a supervisão. Mesmo que o grupo tire férias deverá ser entregue a lista no mês de referência das férias, uma vez que, o convênio não interrompe. A lista deverá ser arquivada na pasta de documentos do grupo e feito o registro no instrumental “Relatório Anual do grupo”. Esse registro deverá ser recuperado no momento do cálculo do indicador, considerando a seguinte orientação:

- Sim: considera-se para essa resposta que foi entregue de 07 a 12 listas, durante o período de um ano (de jan a dez).
- Parcialmente: considera-se para essa resposta que foi entregue de 1 a 6 listas, durante o período de um ano (de jan a dez).
- Não: considera-se para essa resposta que não foi entregue nenhuma lista, durante o período de um ano (de jan a dez).

1.5 - Indicador: Houve entrega do relatório trimestral de atividades?

1 – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Sugere-se a alteração do nome do indicador para “houve entrega do relatório trimestral de atividades?” em detrimento do “houve entrega do relatório trimestral?”, pois especifica a natureza do relatório. O relatório trimestral de atividades aqui é compreendido como o registro das atividades do grupo no período de três meses. Compreende-se por atividades realizadas a oferta (entrega) do serviço.

II – Escala de respostas

A escala de resposta proposta pela consultoria foi ()sim ou () não.

Propõe-se a adequação da escala de resposta para :

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III - Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

Essa informação é registrada num modelo de relatório trimestral de atividades da SMAAS para o serviço grupo de convivência para idosos, fornecido pela supervisão ao grupo. O registro deve ser feito nesse modelo.

IV – Indicador: Orientação para cálculo ou registro da mensuração

No ano deverá ser entregue o total de 04 relatórios dessa natureza para a supervisão, os quais deverão ser arquivados na pasta de documentos do grupo. O registro da entrega para supervisão deverá ser feito no instrumental “ Relatório anual do grupo”. Esse registro deverá ser recuperado no momento do cálculo do indicador:

- Sim – aqui é entendido como a entrega de 3 a 4 relatórios
- Em parte – aqui é entendido como a entrega 1 a 2 relatórios
- Não – aqui é entendido como a entrega de nenhum relatório.

Componente 2.0 - Gerenciamento

Esse componente agrega os indicadores relativos aos aspectos gerenciais e de organização do grupo. Eles avaliam também algumas metas e ações e natureza operacional, previstos no Plano de Trabalho, tais como:

1. Houve frequência mínima da maioria dos participantes?
2. Houve planejamento das atividades?
3. O planejamento das atividades reflete as demandas do grupo?
4. As atividades seguiram o planejamento?
5. Houve fornecimento de lanche?
6. Houve avaliação dos usuários?

A seguir segue a proposta de adequação para os componentes desses indicadores:

2.1 - Indicador: Houve frequência mínima dos inscritos no grupo?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Sugere-se a alteração do indicador proposto pela consultoria que era “Houve frequência mínima da maioria dos participantes?” para “Houve frequência mínima dos

inscritos no grupo?”. Frequência mínima dos inscritos no grupo, aqui é entendido como a frequência individual estabelecido no plano de trabalho que corresponde a 75% de participação dos inscritos e também verificar essa relação com o número total de componentes do grupo.

II - Escala de respostas

A escala de resposta original é () sim ou () não. Adequação proposta:

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III - Orientação para a coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

Os dados serão extraídos por meio da compilação das listas de presença para um instrumento de consolidação da frequência mensal (que deverá ser criado). Esse dado deverá ser coletado na visita mensal que é realizada e registrada no instrumental de visita.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O período de cálculo do indicador corresponderá ao período de um ano, de janeiro a dezembro. As listas de presença, se houver período de férias, deverão ser desconsideradas no cálculo, levando em consideração para obter esse dado, o número de frequência do mês anterior ao das férias. Será calculado, após o percentual de frequência mínima de cada participante, o percentual de inscritos com frequência acima ou igual a 75% comparando com o número total de assistidos.

- Sim. Será registrada essa resposta caso haja de 75% a 100% de frequência mínima dos inscritos.
- Em parte. Será registrada essa resposta caso haja frequência que varia de 25% a 74% de frequência mínima dos inscritos.
- Não. Caso a frequência varie de 0% a 23% de frequência mínima dos inscritos.

2.2 - Indicador: Houve planejamento das atividades?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Entende-se por planejamento das atividades a elaboração de um plano semestral ou anual, contendo todas as atividades, eventos, comemorações, passeios, oficinas, entre outras

coisas. Esse planejamento deverá conter previsão de gastos de acordo com o Plano de Metas e ações previsto no Plano de Trabalho do grupo e de acordo com o contexto do grupo.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é sim ou não, mas a adequação sugere a seguinte escala:

- Sim
- Em parte
- Não

III - Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

O técnico da equipe de supervisão que acompanha o grupo deverá participar dos momentos de planejamento das atividades, que por sua vez, deverão ocorrer no início do ano, entre o mês de janeiro e fevereiro. A informação será coletada por meio de relatório sucinto no instrumental de visita do grupo no mês de referência do planejamento.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

As respostas coletadas serão enquadradas:

- Sim – caso haja o planejamento para o período de um ano
- Em parte – caso tenha planejamento de um semestre
- Não - caso não haja planejamento

2.3 - Indicador: O planejamento das atividades foi com a participação do grupo?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Foi avaliada a necessidade de alteração do objeto que está em avaliação, de “O planejamento das atividades reflete as demandas do grupo?” para “O planejamento das atividades foi realizado com o grupo?”. Desta forma, o objeto é a participação dos usuários no planejamento das atividades. Essa participação é compreendida com a presença de 75% dos inscritos e como as demandas do grupo foram consideradas. O planejamento deverá ser realizado com uma dinâmica que permita a manifestação das vontades do grupo de forma democrática.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Propõe-se a adequação da escala para:

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III - Orientação para coleta de dados

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá participar das atividades de planejamento registrando as informações de acordo com os critérios para esse indicador que são:

- a) nº de participantes
- b) avaliação se a dinâmica da reunião favoreceu a participação
- c) se as demandas do grupo foram contempladas

Essa coleta de dados, portanto será feita num segundo momento por meio da análise do supervisor dos critérios acima elencados. Deverá ser traduzida, conforme escala de respostas, em registro feito por meio de relatório que será arquivado na pasta de visita do grupo e utilizada no momento de avaliação e aplicação dos indicadores junto ao grupo.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

- Sim – caso o planejamento tenha sido feito levando em consideração pelo menos dois critérios para sua realização
- Em parte – caso o planejamento tenha sido realizado levando em consideração um dos critérios para sua realização
- Não – caso o planejamento não seja realizado de acordo com os critérios estabelecidos

2.4 - Indicador: As atividades seguiram o planejamento?

I - Esclarecimento acerca do indicador

As atividades seguiram o planejamento, compreendida como a verificação do cumprimento das atividades planejadas e descritas nos Planos de Meta e de Trabalho.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Propõe-se a seguinte escala:

- () Sim – (mais de 75% das atividades previstas aconteceram)
- () Em parte – (menos de 25% a 74% das atividades previstas aconteceram)
- () Não - (menos de 25% das atividades previstas ocorreram)

III - Orientação para coleta de dados:

Deverá ser criado um campo no instrumento que registra das atividades planejadas para o registro se foi realizada ou não.

O supervisor deverá acompanhar as atividades previstas por meio do relatório trimestral de atividades e acompanhamento de rotina.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

- Sim – (mais de 75% das atividades previstas aconteceram)
- Em parte – (menos de 25% a 74% das atividades previstas aconteceram)
- Não - (menos de 25% das atividades previstas ocorreram)

2.5 - Indicador: Houve fornecimento de lanche?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

O fornecimento de lanche, aqui é compreendido como a garantia de alimentação para os idosos no dia dos encontros. Essa alimentação deverá acatar a orientação da supervisão e as indicações do grupo considerando uma alimentação saudável e condizente com a faixa etária. O lanche não deve ser entendido como almoço ou jantar.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Propõe-se a adequação da escala para:

- Fornecimento em conformidade com a orientação
- Fornecimento fora da conformidade com a orientação
- Sem fornecimento

III - Orientação para coleta de dados

O técnico da equipe de supervisão que acompanha o grupo deverá averiguar essa informação na visita realizada no mês, considerando o registro para cada atividade. A informação deverá ser registrada no instrumental de visita.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O registro no instrumental de visita, ao fim do período de um ano, será utilizado para o cálculo do indicador, levando-se em consideração a escala de respostas.

- Sim – mais de 75% das atividades previstas aconteceram com fornecimento do lanche em conformidade com a orientação
- Em parte – de 25% a 74% das atividades previstas aconteceram com fornecimento do lanche em conformidade com a orientação
- Não - menos de 25% das atividades previstas ocorreram com fornecimento do lanche em conformidade com a orientação

2.6 - Indicador: Houve avaliação dos usuários?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador

A avaliação feita pelos usuários aqui é entendida como a participação dos membros do grupo em uma atividade, prevista no planejamento, com este propósito, e com a aplicação dos indicadores. Deve ser planejado, pelo menos, uma atividade no ano, destinada exclusivamente à avaliação.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Proponho adequação da escala para:

- () Sim – (mais de 75% dos inscritos participaram da avaliação)
- () Em parte – (De 25% a 74% da avaliação participaram da avaliação)
- () Não - (menos de 25% dos inscritos participaram da avaliação)

III – Orientação para coleta de dados

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá fazer a avaliação com a aplicação dos indicadores registrando o percentual de inscritos que participaram.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

A informação deverá ser registrada no instrumental de visita. Esse registro será utilizado na avaliação, levando-se em consideração a escala de respostas.

- Sim – (mais de 75% dos inscritos participaram da avaliação)
- Em parte – (De 25% a 74% da avaliação participaram da avaliação)
- Não - (menos de 25% dos inscritos participaram da avaliação)

Componente 3.0 - Vinculação ao SUAS

A agregação dos indicadores para a verificação desse componente se baseia na característica de estabelecimento da relação existente entre o serviço e o Sistema Único de Assistência Social, que são:

- 1 Houve participação nos fóruns regionais?
- 2 Houve repasse das informações obtidas?
- 3 Participação nos cursos oferecidos pela SMAAS?
- 4 Houve colaboração com as visitas técnicas?

A seguir segue a proposta de adequação para os componentes desses indicadores.

3.1 - Indicador: Houve participação nos fóruns regionais?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

A participação aqui compreendida como a participação mensal de um ou mais membros do grupo no Fórum Regional do Idoso. O Fórum ocorre normalmente uma vez por mês na região administrativa onde está localizado o grupo. Esse fórum é um espaço onde a sociedade civil organizada se articula para pensar a política para o idoso no município e no contexto do SUAS. A participação da sociedade civil é um dos princípios do SUAS.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Propõe-se adequação da escala para:

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III - Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá fazer o registro da informação no instrumental de visita no mês de referência, identificando a atividade realizada, data, local e quem participou representando o grupo.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

Esse registro será utilizado na avaliação, levando-se em consideração a escala de respostas.

- Sim – (houve mais de 75% de participação nos fóruns)
- Em parte – (Houve de 25% a 74% de participação nos fóruns)
- Não - (menos de 25% de participação nos fóruns)

3.3 - Indicador: Houve participação em cursos ofertados pela SMAAS

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Sugere-se a adequação do nome do indicador de “Participação nos cursos de cuidadores de idosos (20% dos funcionários) e outros oferecidos pela SMAAS?” para “ Houve participação em cursos ofertados pela SMAAS”. A proposta de adequação no nome é devida a inexistência da exigência de participação de grupo de convivência em curso de cuidadores de idosos.

Compreende-se por participação nas reuniões e cursos oferecidos pela SMAAS ou autorizado/articulado por ela, que c contempla conteúdos acerca do gerenciamento e da operação do serviço e sua relação com o SUAS. A participação considera um ou mais membros do grupo.

II - Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Propõe-se a adequação da escala para:

- () Sim
- () Em parte –
- () Não -

III – Orientação para coleta de dados

A coleta de dados será feita através do registro em lista de presença da participação dos grupos. O supervisor que acompanha o grupo deverá fazer o registrar no instrumental “Relatório anual do grupo”, o curso realizado, local, data e nome dos participantes.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O cálculo se baseará no tratamento dos dados registrados no “Relatório anual do grupo” e no enquadramento na escala:

- Sim – (houve mais de 75% de participação)
- Em parte – (Houve de 25% a 74% de participação)
- Não - (menos de 25% de participação)

3.4 Indicador: Houve colaboração com as visitas técnicas?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador:

Compreende-se por colaboração a disponibilidade do grupo no processo de acompanhamento técnico da supervisão. A colaboração pode ser observada nas visitas, reuniões e telefonemas, considerando:

- receptividade às propostas
- disponibilidade para acatamento às orientações
- interesse para compreender os argumentos
- cumprimento de combinados feitos entre a supervisão e o grupo

II – Escala de respostas

A escala de respostas original é () sim ou não. Proponho adequação da escala para:

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III - Orientação para coleta de dados

A coleta de dados deverá ser feita através de anotações no instrumental “Histórico do Acompanhamento” de visita com relação a intervenção e orientação junto ao grupo. Deverá ser feito uma análise sobre a colaboração do grupo com as visitas. No final deverá ser feito um resgate desses registros para a análise do grau de colaboração e o enquadramento na escala de respostas.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O cálculo se baseará no tratamento dos dados registrados no “Relatório anual do grupo” e no enquadramento na escala:

- Sim – (acompanhamento houve colaboração)
- Em parte – (acompanhamento com colaboração parcial)
- Não - (ausência de colaboração)

6.2 Proposta de adequação dos indicadores referentes aos aspectos de funcionamento e convivência

Esses aspectos tratam o que é próprio de um grupo, compreendido como um fenômeno social que apresenta suas dinâmicas e mecanismos próprios, e do que é específico de um grupo de idosos no contexto da política pública de assistência social. Visa identificar se os aspectos se o grupo está garantindo, por meio do processo de trabalho, os direitos socioassistenciais previstos no SUAS. Essa dimensão aborda os aspectos mais qualitativos dos eixos metodológicos: socioeducativo e socioassistencial, retratados em resultados intermediários e final do serviço.

- a) Dinâmica do Grupo
- b) Direitos socioassistenciais

a) Componente 4.0: Dinâmica do Grupo

Nesse componente são agregados indicadores que evidenciam aspectos do grupo que dizem respeito a percepção do participante de si, na relação com os demais e as dinâmicas individuais e coletivas que se configuram no cotidiano .

4.1 - Indicador: Os objetivos práticos do grupo foram satisfeitos?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Os objetivos práticos do grupo são compreendidos como, “o elo que vai fazer o grupo funcionar”. Se não existir o objetivo prático e se esse não for atendido então a dinâmica interna do grupo fica comprometida. Os objetivos práticos são aqueles relacionados às atividades de produção e aprendizagem. É a atividade eleita pelo grupo como principal no momento do planejamento.

II – Escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propõe-se alterar para

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III – Orientação para coleta de dados e estabelecimento de fonte de informação

A coleta de dados será realizada por meio de avaliação e aplicação dos indicadores realizada com os usuários, com dinâmica que possibilite a manifestação das opiniões. O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O cálculo do indicador deve considerar os dados registrados do instrumental conforme a escala:

- Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliar que sim, que os objetivos práticos foram atendidos)
- Em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que os objetivos práticos foram atendidos)
- Não (inferior a 25%)

A avaliação do técnico da supervisão também deverá ser representada por meio da escala proposta e realizada a média aritmética das duas respostas.

4.2 Indicador: Os participantes demonstraram sentimento de identidade

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

O sentimento de identidade compreendido para a orientação desse indicador considera que a percepção do indivíduo em relação a sua inserção no grupo e do grupo considerando as relações estabelecidas entre os membros. Esta relacionado ao acolhimento dos participantes, onde devem criar vínculos entre si.

II – Escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Sugere a adequação da escala para:

- () Sim
- () em parte
- () não

III – Orientação para coleta de dados:

A coleta de dados poderá ser realizada considerando duas estratégias:

- a) Grupo: deverá ser feita por meio da avaliação e aplicação dos indicadores feito junto aos usuários. Neste caso, o supervisor deverá conduzir as atividades perguntado ao grupo se eles se sentem acolhidos; se sentem que fazem parte de um grupo; se criaram vínculos entre si.

Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

- b) Individual – questionário: nesta estratégia seria aplicado um questionário por meio de entrevista individual considerando as mesmas questões apresentadas no item a.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas.

- Sim (quando a maior parte do grupo, mais 75% dos inscritos, avaliar que sim, que os participantes demonstraram sentimento de identidade)
- Em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- Não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

No caso da aplicação do questionário individual deverá ser feita a média aritmética das respostas e a conversão para uma escala de 0 a 10.

4.4 - Indicador: Houve participação da maioria dos membros do grupo?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador:

A participação aqui é compreendida como o interesse e o envolvimento dos idosos nas atividades do grupo. A maioria dos membros do grupo pode ser entendida como igual ou superior 75% dos inscritos.

II – Escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propõe-se alterar para

- () Sim
- () Em parte
- () Não

III – Orientação para coleta de dados:

As questões orientadoras dessa avaliação deverão considerar os seguintes aspectos:

- estímulos recebidos para participarem do grupo;
- como atingiram o propósito do grupo, considerando o envolvimento e a participação dos integrantes do grupo. Essa investigação pode ocorrer em grupo e em entrevista individual.

Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

IV - Orientação para o cálculo ou registro da mensuração

O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas.

- Sim (quando a maior parte do grupo, mais 75% dos inscritos, avaliar que sim, que os participantes demonstraram sentimento de identidade)
- Em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- Não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

No caso da aplicação do questionário individual deverá ser feita a média aritmética das respostas devidamente convertida para uma escala de 0 a 100.

4.3 Indicador: Houve uma boa comunicação entre os participantes do grupo?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador

Se houve boa comunicação entre os participantes no grupo, aqui é compreendido, como sendo o grupo um espaço onde os idosos podem expressar suas emoções, vivências dificuldades. Um espaço onde as pessoas podem dizer o que sentem, pensam e querem fazer, sendo possível também, fazer uma troca de experiências. Dessa forma, não é comunicação

entendido somente como um “bate-papo”, e sim, comunicação que sirva para tornar possível que o idoso se torne um sujeito de direitos por meio dela.

II - Escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Proponho adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliar que sim, houve “boa comunicação”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: as pessoas estão encontrando abertura para se expressar; para dizer o que pensam, sentem e querem fazer; existe uma verdadeira troca de experiência. O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

4.5 Indicador: houve cooperação da maioria dos membros do grupo?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador: A cooperação aqui é compreendida como a disponibilidade que os membros do grupo tem para dar apoio e oferecer sugestões.

II – Escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propor-se a adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliar que sim, houve “cooperação da maioria dos membros do grupo”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: há cooperação no grupo; as pessoas tem disponibilidade para dar apoio e oferecer sugestões. O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

4.6 Indicador: A relação da coordenação com o grupo foi democrática?(escuta e participação do grupo sobre o seu funcionamento?)

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador: a relação democrática do coordenador com o grupo, aqui é compreendida, como uma relação que possibilite a escuta e a participação do grupo nas decisões sobre o seu funcionamento.

II – A escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propor-se a adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliar que “ a relação do coordenador com o grupo é democrática”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: a coordenação decide sozinha ou o grupo participa? A coordenação possibilita a participação das pessoas nas decisões? Como? A escuta é respeitosa?

O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha

o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

b) Componente 5.0: Direitos socioassistenciais

Os indicadores desse componente abordam objetivos relativos a inclusão dos direitos socioassistenciais nas atividades do grupo. Desta forma, neste sub-grupo de indicadores será explorado os aspectos que demonstram se o grupo está garantindo através do processo de trabalho os direitos socioassistenciais previstos no SUAS por meio de acolhida, convívio, autonomia e o desenvolvimento das habilidades psico-sociais necessárias para esse ciclo da vida, conforme explicado anteriormente.

5.1 - Indicador: Houve promoção de informação sobre direito de cidadania?

I - Esclarecimento acerca da concepção do indicador: A informação sobre direito de cidadania aqui é compreendida com conteúdos acerca de todos os direitos: humanos, sociais, culturais, incluindo ai os direitos dos idosos.

II – A escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propor-se adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliarem que “ houve a informação sobre direito de cidadania”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: houve a informação sobre direitos, quais e como. O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

5.2 - Indicador: houve atividades de promoção das habilidades pessoais e sociais?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador: atividades de promoção das habilidades pessoais e sociais aqui é entendido como atividades que propiciem o exercício da memória, raciocínio lógico, criatividade, capacidade de comunicar e narrar, troca de experiências. Essas atividades são um meio para se preservar a autonomia, cognição, auto-estima, prevenindo assim o idoso de situações próprias desse ciclo da vida.

II – A escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Propor-se a adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliarem que “ houve atividades de promoção das habilidades psico-sociais”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: houve no grupo a promoção da convivência, da sociabilidade e resgate da auto-estima; houve no grupo a promoção do envelhecimento saudável e das habilidades sociais, estimulando a memória, a independência e o raciocínio. O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

5.3 - Indicador: Houve atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários?

I – Esclarecimento acerca da concepção do indicador: atividades de fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, aqui é entendido como, atividades que promovam a participação de famílias e pessoas da comunidade no grupo através de atribuições específicas. Atribuições específicas é algo que a pessoa possa fazer junto com o grupo, que possa proporcionar uma troca. Pode ser entendido também como o desenvolvimento de atividades do grupo na comunidade e o desenvolvimento de ações intersetoriais para integrar o grupo com outros programas sociais e grupos comunitários.

II – A escala de respostas:

A escala de respostas original é () Bastante () um pouco () nada. Proponho adequação da escala para:

- () Sim (quando a maior parte do grupo, 75% dos inscritos, avaliarem que “ houve a informação sobre direito de cidadania”)
- () em parte (quando de 25% a 74%, avaliar que sim)
- () não (quando abaixo de 25% avaliarem que sim)

III – Orientação para coleta de dados:

O técnico da supervisão que acompanha o grupo deverá realizar avaliação e aplicação dos indicadores junto aos usuários do serviço para coletar esse dado. Para isso, deverá perguntar ao grupo se eles avaliam que: houve promoção no grupo de atividades junto as famílias e a comunidade; como foi essas atividades; vocês sentiram que o vínculo com os familiares ou com a comunidade se fortaleceu . O registro da avaliação será feito no instrumental de avaliação e posteriormente calculado de acordo com a escala de respostas. Se o técnico da supervisão que acompanha o grupo discordar da avaliação feita pelo grupo deverá fazer uma análise justificando a discordância.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social é um importante dispositivo de gestão apresentado no marco regulatório da Política Nacional de Assistência Social, que inova no campo das políticas sociais ao introduzir elementos de superação da burocracia. O principal propósito é qualificar o processo decisório por meio de informações e indicadores que descrevem a situação dos processos e dos resultados e dos serviços. Gerir e tomar decisões a partir de resultados é inovador no campo das políticas públicas, e principalmente, as políticas sociais.

Na pesquisa exploratória proposta nesta monografia observou-se que as tentativas de elaboração de indicadores e de estratégias para viabilizá-los têm produzindo, de forma cumulativa, uma importante base de conhecimento na SMAAS. Aos poucos o corpo gerencial e técnico da SMAAS se propiciam da formatação de instrumentais objetivos para a mensuração e descrição de aspectos importantes do serviço. Baseando-se nesta constatação, configurou-se como propósito rever e adequar uma proposta existente de indicadores para o serviço de convivência para pessoa idosa ao Sistema de Monitoramento e Avaliação existente na SMAAS/PBH. No processo de compreensão da proposta e elaboração da sua adequação conclui-se que:

- a) os indicadores propostos são predominantemente de processo, pois avaliam a metodologia do trabalho de um grupo de convivência num determinado período, fornecendo dados quantitativos e qualitativos;
- b) os indicadores de resultados existentes mensuram resultados intermediários e não finalísticos, junto aos usuários;
- c) que metodologia proposta para coleta dos dados é razoavelmente simples e pode ser aplicada pela equipe de supervisão sem requer instrumentais sofisticados ou bases de dados muito elaboradas.
- d) é necessário incorporar esse serviço no sistema de informação existente e no sistema de M&A para qualificar os processos informacionais e ampliar as possibilidade de elaboração de novos indicadores.

e) Os instrumentos de coletas de dados que consideram o usuário (cidadão participante ou inscrito no serviço) como informante requer a aplicação de pesquisa tipo survey, que pode ser aplicada no universo dos usuário ou apenas em uma amostra. Neste caso, é necessário empregar dispositivos orientados cientificamente, como plano amostral.

Diante das conclusões e análises, recomenda-se:

a) Dar continuidade ao processo de adequação dos indicadores com a elaboração e testes de instrumentos.

b) Fortalecer o sistema de M&A existente e o sistema de indicadores como instrumentos perenes. Essa recomendação é favorecida pela existência de uma gerência na secretaria com essa competência. O importante neste contexto é manter a articulação entre a produção das equipes gerenciais e técnicas com as equipes que atuam na qualificação da gestão.

c) Implementar de forma gradual os indicadores visando concluir os processos de aplicação e efetividade de seu uso.

d) Manter a associação do processo de implantação dos indicadores com o processo de qualificação do serviço. O processo avaliativo deve ser conduzindo em uma perspectiva formativa de aperfeiçoamento de processos e de gestão.

Pode-ser afirmar que a pesquisa atingiu o seu objetivo e que é necessário avançar nos processos de revisão, adequação e estabelecimento de instrumentais para se efetivar o uso de indicadores.

8 REFERÊNCIAS

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa de Programas sociais**. São Paulo: Veras Editora. 2000

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Lei no. 8.146 de 29 de dezembro de 2000. [Ementa] Belo Horizonte, 2.000

BELO HORIZONTE. Prefeitura Belo Horizonte. Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social. **Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2009. 82p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Monitoramento e avaliação da política de assistência social de Belo Horizonte**: sistema de indicadores. Belo Horizonte, 2007. 112 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Belo Horizonte. Programa para supervisão de coordenadores dos Grupos de Convivência para Idosos. Belo Horizonte, 2006. Relatório de Consultoria. Consultora Maria Lúcia M. Afonso.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Territorialização da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social**: reflexão teórico-metodológica sobre a experiência de BH. Belo Horizonte, 2008 . 43 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. - (Série textos básicos; n. 25).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília: MDS, 2008. v.1. 136 p. (Capacita SUAS, 1).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília. 2005. 175 p.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulários de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. Campinas Alínea, 2001. 141p. ISBN 8586491950

LOBO, Thereza. Descentralização – uma alternativa de mudança. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Revista de Administração Pública. jan./mar. vol.22. 1998

PENSAR BH: Política Social. Belo Horizonte: PBH, n.13, set./nov. 2005. 32 p. Encarte: Uma política especial para os idosos. ISSN 1676-9503.

ROSA, Júnia Santa. Reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte: princípios e condicionantes da descentralização intramunicipal.
<http://cevep.ufmg.br/bacp/abril025/junia025.htm>.

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores**. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraEstudoIndicadores-novo.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Monitoramento de ações na política de assistência social. [S.L.]: [s.n.],

VALARELLI, L. **Indicadores de resultados de projetos sociais**. In: Apoio à Gestão. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_de_projeos_como_instrumento_de_gestao.pdf>. Acesso em: 15 de outubro 2009.

VAITSMAN, Jeni. Curso de Formação de Multiplicadores. ENAP. Subprojeto 1: Formação de Multiplicadores e de Gerentes. Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação: Monitoramento e avaliação de programas sociais – principais desafios. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/servicos/pss-2008/processo-seletivo-simplificado-2008/servicos/pss-2008/2_jeni_vaitsman.pdf>. Acesso em: 20 de novembro 2009.

